

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO- ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CINTHIA CRISTINA DA ROSA

**FALANDO DO PROIBIDO: UMA REFLEXÃO SOBRE O INCESTO A
PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM PERÍODO DE
ESTÁGIO NO PROJETO SOS CRIANÇA DA PMF.**

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2005

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 12/07/05

CINTHIA CRISTINA DA ROSA

**FALANDO DO PROIBIDO: UMA REFLEXÃO SOBRE O INCESTO A PARTIR
DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM PERÍODO DE ESTÁGIO NO
PROJETO SOS CRIANÇA DA PMF.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito parcial
à obtenção do título de Assistente Social.**

Professora Orientadora: Andréia de Oliveira

FLORIANÓPOLIS


2005/1

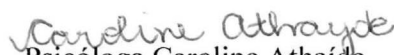
CINTHIA CRISTINA DA ROSA

**FALANDO DO PROIBIDO: UMA REFLEXÃO SOBRE O INCESTO A PARTIR DE
UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM PERÍODO DE ESTÁGIO NO PROJETO SOS
CRIANÇA DA PMF.**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial à obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina em 12 de julho de
2005.


Professora Andréia de Oliveira – Presidente


Professora Leila Mayer Eyng
Examinadora


Psicóloga Caroline Athaíde
Examinadora

Dedico este trabalho ao meu primo Jobson, que por ordem do destino nos deixou ao longo desta caminhada, e em especial as crianças atendidas no projeto SOS criança, pela nossa relação de confiança e cumplicidade e por serem meu maior estímulo em continuar esta luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao criador, pelo dom da vida, pelo incentivo em continuar lutando e por ter sido por muito tempo meu melhor amigo e confidente.

As minhas sobrinhas Jéssica, Gabrielly e Bárbara, pelo companheirismo, amor e carinho recíproco e por serem o meu incentivo na luta por um mundo mais digno para as crianças.

Aos bebês João Gabriel e João Vitor e Bruno Alexandre por terem nascido em meio a esta fase da minha vida e terem me dado tanta alegria e tantos momentos lindos em seus gestos e olhares.(os homens da minha vida)

As minhas primeiras sobrinhas Bruna e Sheyla por me proporcionarem o contentamento de ser tia e pelos momentos infinitos que passamos, vocês representam a pureza da adolescência.

A todas as outras crianças familiares ou não que estiveram ao meu redor, nesta etapa.

Agradeço ao meu pai pelos momentos de apoio financeiro árduo, e pela confiança implícita em meio a uma máscara de “durão” obrigado pai.

A minha mãe Eni pelos momentos de desavenças, de descaso com a minha luta que me fizeram crescer pessoalmente e também pelo orgulho que tenho certeza está dentro dela.

Em especial aquela amiga que me seguiu até o fim me dando força e admirando-me e trazendo um anjo para minha vida , obrigada Larissa.

A amiga Camila que também esteve sempre aqui, e também me proporcionou imensa alegria em trazer a vida aquele que vi nascer e tenho imenso amor.

A minha amiga Denize Bittencourt, que mesmo se afastando por um tempo no final desta caminhada é hoje mais do que presente e minha fã nesta vitória.

A amiga Monique pelos momentos desde a inscrição do vestibular, até os períodos juntas no início da graduação e pela força e confiança e amor ao final.

A Deise Veloso pela sua amizade e por e me oferecer um novo anjo que esta por vir (Luana). *Obrigado meninas!*

Ao Patrício e Thiago meus irmãos de corpo alma e coração por me amarem e terem sido tão parceiros. *Valeu parceiros!*

Ao meu amigo Everton pelo grande amor e grande admiração que sempre me passou ao longo desta caminhada.

Aquelas a quem fiz minhas irmãs e tenho grande estima, apreço e amor Débora, Deusa, Joana, Diana, Gilvana e em especial a Deise Laurentino pelo companheirismo ao final desta jornada.

Agradeço ao amor por ter me feito passar além de momentos de companheirismo , incentivo e carinho por tanto sofrimento e aflição e ter aprendido assim a superar os obstáculos e amadurecer meu espírito.

Ao meus padrinhos Nilo e Eroni e sua família, que me deram grande apoio neste final de jornada. E a minha tia Irani pelo incentivo

Agradeço imensamente aos meus familiares não citados, a todos, mesmo aqueles que por algum motivo não quiseram o meu sucesso.

A todos os amigos e colegas não citados. *Obrigado por existirem em minha vida.*

Aqueles todos que tive a oportunidade de conhecer na faculdade em especial, a Andréia Carla Tonin , Elaine Sarmento, Roseli Viana, Rodrigo e Denise Caminha Nunes, pelos momentos difíceis e pelas alegrias. *Vão ficar saudades!*

A professora Andréia Oliveira pela dedicação ao longo da orientação deste trabalho.

Agradeço enfim ao SOS CRIANÇA que foi meu local de maior crescimento pessoal e profissional, e a sua equipe e especial as Assistentes Sociais Cleide, Josi, Carmen Lúcia, Salete, Alexandra, Lillian, Sidneia, Cristiana (minha supervisora) as parceiras estagiarias Roseli, Andréia, Elaine, Adriana ,Fabiana e Betina aquelas que apareceram ao longo da jornada AS Joyce, Silvana, Débora, Odete e a psicóloga Caroline a estagiária Lisiane, e aos educadores Cacá e Marcos, e ao apoio Lenira, Telma e dona Valdira, vocês foram meus maiores professores e confiaram em meu trabalho. *Obrigado.*

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar algumas considerações sobre o abuso sexual intrafamiliar ou incesto, a partir de uma experiência dentre a situações atendidas em período de estágio no projeto SOS criança do município de Florianópolis. Metodologicamente o estudo é embasado em pesquisa bibliográfica, análise documental. Este estudo traz novos conhecimentos para a comunidade acadêmica, nos assuntos referentes a violência doméstica em especial a violência sexual, alguns aspectos das leis de proteção, além de um contato com uma situação verídica de incesto. A discussão do papel do assistente social no projeto assim como no combate a este tipo de violência também é aqui contemplada, assim como considerações sobre a experiência do estágio realizado.

Palavras- chave: SOS criança, Violência doméstica, Incesto.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

CAPÍTULO I AS LEIS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTES E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	12
1.1 As leis de proteção.....	12
1.2 Discorrendo sobre a violência doméstica.....	16
1.2.1- A violência sexual.....	19

CAPÍTULO II O INCESTO	24
2.1 O incesto, definição e tabu.....	24
2.2 Fases do incesto.....	28
2.3 Relacionando abusador e vítima.....	30

CAPÍTULO III O PROGRAMA SOS CRIANÇA COMO EXPERIÊNCIA NA VIOLÊNCIA	38
3.1 Breve histórico do SOS Criança em Florianópolis.....	38
3.1.1 Os objetivos do programa SOS criança.....	41
3.2 O Serviço Social na instituição.....	42
3.3 A experiência de estágio.....	45
3.4 Procedimentos metodológicos.....	50
3.5 Reflexão sobre o incesto e a família a partir de uma experiência vivenciada no período de estágio.....	51

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
---------------------------------	----



O abusador incestuoso é o pior covarde, o incesto é o poder de destruir.

Jane Santeild

INTRODUÇÃO

O estágio realizado no projeto SOS criança em Florianópolis-SC, permitiu além exercício da prática profissional do Serviço Social, maior solidez com o complexo contexto da violência doméstica contra crianças e adolescentes, além de ter sido o local onde se pode ter o vislumbre de se deparar com a tirania e opressão a quais algumas figuras parentais submetem seus filhos.

Deste modo podemos ressaltar que “a violência doméstica é um fenômeno de abordagem laboriosa e complexa e que as medidas em curso não são todas de maturação e resultados imediatos” (GUERRA, 1991, p.1).

Tratando da violência sexual intrafamiliar ou incesto, os relatos mais profundos e dolorosos fizeram parte desta jornada. Seres em pleno desenvolvimento aclamam por proteção, e a eles são infligidos atos violadores de direitos, limites e dignidade. O véu do silêncio, da omissão e da cumplicidade cobre o fenômeno, nutrindo nas sombras os dramas familiares e muitas vidas assoladas pela mais covarde das formas de violência.

O contato com crianças e adolescentes envolvidos com este tipo de violência, que trai a inocência e que ocorre em todos os níveis sociais, trouxe o interesse em realizar este breve estudo acreditando-se que poderia ser uma pequena contribuição nesta luta frente ao incesto.

Dada também a complexidade deste fenômeno que incorpora a força mais perversa da natureza humana, como acrescenta Imber Black (1994), considerou-se de suma importância o estudo sobre ele, para que todos possam saber que realmente existe que é algo real e passivo de vigília, possuidor de conseqüências de proporções assustadoras para a

vítima, que perpassa muitas vezes infinitos anos de sua vida.

Por se tratar de um tema bastante amplo utilizou um recorte a partir de uma pesquisa bibliográfica além, de um relato de uma situação envolvendo uma família incestogênica com a qual se teve contato no período de estágio.

O presente estudo se subdivide em três capítulos, no primeiro são explicitadas as leis de proteção à infância e adolescência, em seguida discorre-se sobre a violência doméstica, enfatizando a violência sexual.

O segundo capítulo traz a baila o tema incesto, ficando ao terceiro e ultimo tratar do programa SOS criança, o Serviço Social na instituição, a experiência de estágio, fechando com relatos da situação atendida articulada com análise teórica.

Ao final são expostas algumas considerações sobre forma conclusiva do trabalho.

Cabe salientar que, as questões apresentadas no trabalho são apenas algumas formulações frente à ampla temática e imensidão de dinâmicas envolvendo uma família incestogênica, deste modo aprofundamento e variações deste poderão vir em posteriores estudos.

CAPÍTULO I

A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*“O QUE UMA CRIANÇA NÃO
RECEBE, ELA RARAMENTE PODERÁ
OFERECER MAIR TARDE”
JANE NUNES*

1.1 Um enfoque sobre as leis de proteção a criança e ao adolescente

No ano de 1923 foi votada pela união internacional da ajuda a criança à primeira Declaração sobre os Direitos da Criança que se constituiu no primeiro passo em direção da busca dos direitos das crianças. Em 1959 foi aprovada em Assembléia Geral das Nações Unidas a II Declaração Universal dos Direitos da Criança.

No Brasil, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que em seu artigo 227 aponta a preocupação de garantir que toda sociedade assegure as crianças e adolescentes crescimento sadio e pleno exercício de seus direitos. Ainda no artigo 227, o parágrafo quarto explica a punição para quem abusar de seu poder com relação a crianças e adolescentes.

Artigo 227 - é dever da família, da sociedade e do estado assegurar á criança e ao adolescente. Com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência , crueldade e opressão .

Parágrafo 4ª A lei punirá severamente o abuso, violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.(BRASIL, 1988)

A partir dos anos noventa a sociedade deu início a articulação de debates a respeito dos direitos e deveres da população infanto juvenil, em decorrência deste artigo da Constituição Federal. Debates estes que culminaram na aprovação pelo Congresso Nacional

da lei 8.069/ 90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA,, composta por 267 artigos que primam pelo cumprimento dos direitos sob o paradigma da proteção integral de crianças e adolescentes de ambos os sexos. Ela é uma diretriz par o atendimento da população infanto juvenil e é fruto de intensa mobilização de setores da sociedade civil, preocupados e envolvidos com a causa da infância e da adolescência, o que significou um avanço em termos de legislação.

Deste modo na lei 8.069/ 90 - Estatuto da criança e do adolescente destaca diversos artigos que tratam da vitimização sofrida por crianças e adolescentes em meio familiar.

Sobre o combate ao fenômeno da violência doméstica trata o artigo 129, que coloca como primazia o tratamento que orienta, trata e presta auxílio ao agressor na busca pelo fim da vitimização, acrescentando ainda que após a confirmação da violência a família necessita ser encaminhada para tratamento.

O artigo 130 então fundamenta a importância deste trabalho., colocando que:

Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.(ECA- LEI 8.069/90)

O artigo deve ser usado deste modo, como uma medida de base aos profissionais responsáveis em trabalhar com as situações de violência contra crianças e adolescentes, pois é através dele que se pode impedir a revitimização, pois se por um lado retirar a criança do convívio de seu lar significa afastá-lo do abusador, de outro significa também privá-lo de seus relacionamentos e da convivência com as pessoas que ama. Portanto se há garantia de protetividade física e emocional, a criança deve permanecer na morada sob a condição que o agressor se afaste do lar.

Tratando especificamente da violência sexual contra crianças e adolescente, podemos

elencar algumas ações implantadas nos últimos anos, na década de 90 mais precisamente que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes ganha maior visibilidade, a partir da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 citado anteriormente, que traz para o campo da norma legal vários avanços e conquistas, frutos de uma intensa articulação dos movimentos sociais na área da infância e da adolescência. As crianças e adolescentes passam então a ser considerados sujeitos de direitos, em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com prioridade absoluta em seu atendimento e proteção integral por parte da família, do Estado e da sociedade na defesa de seus direitos.

É também nesta década que o processo de globalização econômica avança no Brasil, acirrando as desigualdades sociais e a exclusão social, atingindo perversamente os segmentos mais vulneráveis da população: as crianças e adolescentes, especialmente aqueles pertencentes às camadas mais empobrecidas da população. São estas crianças e adolescentes que se tornarão as maiores vítimas da violência sexual

A problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, trata-se, portanto, de um fenômeno complexo, que se manifesta pela exploração sexual comercial (através do tráfico, do turismo sexual e da pornografia) e pelo abuso sexual, que por sua vez, ultrapassa as fronteiras de classe social. No Brasil, uma CPI realizada em 1993 provoca uma ampla mobilização dos movimentos sociais, do governo e de organismos internacionais em torno desta problemática.

Desde então, muito se tem realizado, sendo bastante significativa a implantação dos conselhos de direitos em âmbito nacional, estadual e municipal. Outro ponto relevante é o compromisso expresso no Pacto Pela Paz, a partir da realização da IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em novembro de 2001, que ratifica a implantação e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Este

Plano Nacional foi deliberado pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança como referência única para as políticas públicas no tratamento à questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

No ano de 2002, foi realizada uma Oficina Nacional, promovida pelo Fórum Nacional de Criança e do adolescente, com o objetivo de configurar o atual quadro de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e apontar perspectivas de intervenção da sociedade civil frente a este grave problema. O Comitê Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, principal produto desta Oficina, vem se colocar como a instância prioritária no monitoramento do Plano Nacional. O Comitê Nacional congrega organizações governamentais e não-governamentais, poderes públicos, setores organizados da sociedade civil e organismos internacionais comprometidas com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em outubro de 2000, o Governo Federal lançou o Programa Sentinela, é composto por um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimadas de violências, com ênfase no abuso e exploração sexual, buscando condições que possibilitem o resgate e a garantia dos direitos e o acesso aos serviços de Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça. Atualmente, o Programa Sentinela .

O Programa é operacionalizado por intermédio de centros ou serviços de referência, bases físicas implantadas nos municípios para o atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias em situação de violência sexual.

Nesses espaços, são executadas ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes, tais como abordagem educativa, atendimento multiprofissional especializado, apoio psicossocial e jurídico, acompanhamento permanente,

abrigo por 24 horas (quando for o caso) e oferta de retaguarda ao sistema de garantia de direitos.

O programa SOS criança se fez parte integrante do programa Sentinela neste município, como veremos no capítulo final.

1.2 Discorrendo sobre a violência doméstica

A violência doméstica aparece-nos como sendo aquela ocorrida dentro do lar ou entre pessoas que vivem relações familiares e afetivas. Segundo Guerra (1998, p.31), o fenômeno da violência doméstica apresenta uma relação com a violência estrutural (violência entre classes sociais, inerente ao modo e produção das sociedades desiguais).

Porém os determinantes estruturais não são os únicos, segundo Azevedo e Guerra (1998) é um tipo de violência que perpassa todas as classes sociais traduzindo-se como violência de natureza interpessoal. Deste modo uma violência que assume caráter de depreciação e anulação que parte de um sujeito para o outro”.

KEMPE (*apud* SOUZA 2000, p. 75) apontam a violência familiar como um modelo patológico, que gira em torno de características pessoais de indivíduos e famílias descontextualizando o problema onde este acontece. Para kempe as causas de tal violência em particular de pais contra filhos são atribuídas a indivíduos tidos como diferentes ou anormais .

Porton 2002 (*apud* SOUZA 2000,p.75) não concorda com kempe, no momento em que acrescenta que a violência intrafamiliar deveria ser analisada a partir do contexto social. O autor traz uma avaliação onde trata o fenômeno como possuidor de determinações sociais e econômicas, e não individuais sendo o que Guerra chama de violência estrutural.

Outros autores como Levi Strauss, Guelles, Steinmez, segundo Porton (*apud* SOUZA, 2000, p.78), defendem, além do contexto social, uma abordagem cultural para explicar a violência doméstica. Na concepção desses autores, “a família longe de ser patológica, recebe estímulos resultantes da combinação entre cultura, organização social, aprendizado social.”

Segundo Souza (2000) os autores supracitados, concluem alinhando situações específicas que, combinadas, predispõem à violência como: o alto nível de conflito familiar, o treinamento em violência através do disciplinarmente físico, a norma cultural que permite que os pais batam nos filhos desde que estes não lhe obedçam. Argumentam que a maior incidência de violência entre as famílias mais pobres deve-se a uma cultura tolerante em relação à violência. A prática então se torna base empírica para contemplar o que expomos aqui através dos autores citados.

O fator econômico, cultural, a relação de gênero, raça, atrelados ou não, podem ser aporte para a produção da dominação. Acredita-se que a violência doméstica contra a criança e o adolescente tenha suas raízes na maneira como a sociedade percebe a criança e o período da infância, concepção que pode ser compreendida e transformada dentro do seu contexto histórico.

O poder é um dos principais motivos que leva aos adultos, preferencialmente os pais, a usar da violência contra crianças e adolescentes, acreditando que o fato de terem maior estatura e terem colocado os filhos no mundo, lhes dessem o poder de agredi-los ou abusarem de seus corpos, de desconsiderar suas vontades ou de usá-los para atender aos seus desejos. As vontades e os desejos das crianças e adolescentes não têm vez, já que eles muito freqüentemente devem submeter-se as vontades dos adultos. Assim segundo Martins (1997, p.10):

As vítimas são reduzidas a uma condição de objeto violência,

seus direitos essenciais são violados, negando-se os valores humanos fundamentais como à vida, a liberdade e a segurança.(...) a família (...) uma vez que pertencendo à esfera do privado a violência se reveste de sigilo.

Atualmente costumamos dividir a violência doméstica em quatro categorias: física, negligência, psicológica e violência sexual baseando-se na Cartilha dos Direitos Humanos e Violência Intrafamiliar.

Violência física: dentre as formas de manifestação do fenômeno da violência doméstica, culturalmente a violência física é adotada pela sociedade como método educativo e disciplinar. Ocorre quando por meio de força física ou algum tipo de arma ou instrumento, provoque ou tente provocar algum tipo de dano físico a criança ou adolescente.

Violência psicológica: pode ser entendida como todo o ato ou omissão capaz de causar dano à auto-estima a identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.

Negligência: constitui a ausência ou omissão nos cuidados básicos para o desenvolvimento da criança ou adolescente. Como saúde, alimentação, higiene, educação e etc., a negligência é um tema carregado de controvérsias por estar intimamente relacionado com as condições estruturais da sociedade que exclui grande camada da população das oportunidades de acesso a geração de renda e distribuição de riqueza.

Violência sexual: constitui toda ação na qual uma pessoa em situação de poder obriga uma outra a realização de práticas sexuais contra a vontade, por meio de força física ou coerção. Esse fenômeno faz parte da violência intrafamiliar contudo pode ocorrer também externamente e por terceiros.

A violência doméstica segundo Azevedo, Guerra (1998, p.32) então se define

como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a vítima implica, de um lado. Uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e de outro uma coisificação da infância, isto é uma negação do direito que as crianças e os adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições de peculiar desenvolvimento.

Analisando portanto o conceito supracitado, podemos afirmar que se evidência na violência doméstica violação do poder de autoridade e do dever da proteção parental, que aparece na estrutura familiar enquanto instituição de socialização primária das novas gerações.

Podemos compreendê-la então como um processo de vitimização, implicando de um lado a dominação do adulto e de outro subalternização da criança. Essa vitimização trata então de negar os valores humanos fundamentais como a vida a liberdade e a segurança, transformando esses sujeitos de direitos em objetos e a família ao invés de ser sítio de abrigo e proteção acaba por se tornar local de risco a saúde física e emocional do ser em questão.

1.3 A violência sexual

A violência sexual foi das quatro categorias da violência doméstica aquela elencada para a realização do estudo, deste modo se aprofundar na temática será de suma importância para contemplação do mesmo.

Pensar sobre o tema abuso sexual não é uma tarefa fácil, por ser um tema que mexe profundamente com profissionais, técnicos e pesquisadores da área, além do mais a sexualidade ainda está muito carregada de crendices, preconceitos e estereótipos. É um

fenômeno que “ignora fronteiras, cortando transversalmente a sociedade” Saffioti,(2000 apud SCHMICKLER 2001, p.13), assim sendo aparece em qualquer classe ou posição social.

Uma afirmação que podemos deixar clara aqui é que o que uma circunstância que antecede um abuso contra a criança se configura numa cena que há falta de interdição para vários excessos. Segundo Schmickler (2001) há excessos que aparecem na exclusão social das famílias, na ignorância na falta de atendimento de necessidades básicas, na desqualificação das mulheres, nos traços sádicos de um pai, nas humilhações, nas discriminações, nas negligências, na lógica relacional assimétrica tecida a partir de experiências de violência; na vacilação da proteção materna, na conivência e na cumplicidade, para destacar alguns. A violação dos direitos de uma criança pode ter ingredientes perversos numa cultura de desrespeito e desproteção.

Marceline Gabel (1997) pontua uma disfunção para o abuso sexual em três níveis: do poder exercido pelo grande em relação ao pequeno (fraco), a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo o indivíduo tem e propriedade para o seu corpo. (GABEL 1997,p10)

Considerando então os vários conceitos de abuso sexual doméstico citaremos aqui por avaliarmos apropriados a este estudo os de:

Azevedo , Guerra (1998, p.33),

[...] é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

A Associação brasileira multiprofissional de proteção à infância e adolescência ABRAPIA, pontua como sendo “uma situação em que uma criança ou adolescente é usado

para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado numa relação de poder que pode incluir desde carícias manipulações da genitália, mama ou anus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem violência”.

Como se observa a definição de violência sexual entre estudiosos do tema não é pacífica, e não foge portanto do fato de ser um abuso de poder da criança sobre o adulto para sua própria satisfação sexual.

A violência sexual pode dar-se interna ou externamente ao âmbito doméstico, contudo ápice de sua ocorrência se dá no meio intrafamiliar e tem geralmente seu pai ou padrasto como vitimizador. “O lar não é portanto, sempre um lugar seguro para a criança crescer...” Schmickler (2000, p 17).

(MINAYO e ASSIS 2001, p.65) tecem a seguinte colocação:

Os pais são apontados como principais agressores neste tipo de violência de caráter cultural, fundamentado na relação de dominação institucional dos pais sobre os filhos através da tradição do pátrio poder universalmente aceito em distintas cultura.

Sabe-se hoje, que a maior parte dos abusos são cometidos por pais ou padrastos, sendo assim, o lar não se torna local de segurança para a criança por ser vulnerável pela sua própria condição de dependência e confiança do adulto. As investigações mostram também uma grande falta de responsabilidade das mães, tornando-se assim coniventes com o fato, trazendo ainda mais dificuldades para esta vítima. Contudo convém ressaltar que este último fato está ligado a traços culturais de relação de gênero, ou seja relação de poder do homem sobre a mulher.

A tópico a sexualidade hoje é entendida em seu contexto mais amplo de prazer, a criança pode sentir excitação nesses contatos recebidos de seus pais, não significando com isto

que exista o desejo para realização do sexo.

Como descreve Furniss (1993,p. 21),

...espera-se que o pai em seu papel de progenitor, trace as fronteiras adequadas. Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de uma maneira abertamente sexual, comportamento que cada vez mais aprendemos a ver como resultado de abuso anterior e não como ponto de partida, e mesmo que as crianças fossem abertamente sedutoras e tentassem iniciar o abuso sexual, como por exemplo, entrando no quarto do pai de modo convidativo, seria sempre responsabilidade do pai estabelecer limites. nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete abuso satisfaz seu próprio desejo sexual em resposta a necessidade da criança em cuidado emocional .Assim, as crianças aclamam por amor e os pais abusivos lhes dão sexo

Pensando sobre o próprio fato, o abuso sexual, é preciso ter em mente a distinção entre sexo e sexualidade, segundo Farinatti (1993) o vínculo primário da criança pequena com seus pais, necessário a seu desenvolvimento, se estabelece através de contatos físicos (entre outras formas) como toques beijos e carícias. Por essa razão, é muito difícil distinguir a conduta afetuosa da conduta sexualmente abusiva. A distinção entre sexualidade e sexo se torna muito importante então no entendimento do abuso sexual.

De todas as formas de violência intrafamiliar, a sexual contra criança e adolescente é talvez uma das mais difíceis de delimitar ou mesmo de identificar, pois na grande maioria das vezes, a violência sexual permanece vedada pelo pacto de silêncio, não somente pelos agressores e vítimas, mas também pelas pessoas e profissionais que não conseguem percebê-la, seja pelo segredo cunhado pelos próprios envolvidos, quanto pela necessidade de se colocar uma venda que impossibilita ver o indesejável.

A partir de dados da promotoria da Infância, conseguiu-se verificar que no ano de 2004 em Santa Catarina foram constatados 394 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo que noventa por cento dos casos são cometidos por pessoas que eles

confiam e amam. O abuso sexual na família torna-se mais fácil, pois há uma convivência entre vítima e agressor, que os aproxima, favorecendo os atos sexuais, desse modo o ambiente familiar transforma-se num local de medo e insegurança.

O alastramento de perversidade do abuso sexual se dá para todos os envolvidos, sejam os que sofreram abuso, os que presenciaram e os profissionais envolvidos no tratamento, se tornando um problema que requer uma gama de profissionais com diferentes capacidades para trabalhar e tratar a questão. Para quebrar esse ciclo de violência, os especialistas apostam na prevenção e no tratamento familiar, porém esse sistema de atendimento ainda é um processo em construção, fazendo-se necessário à busca de novos conteúdos técnicos para qualificar a prática profissional.

O abuso sexual intrafamiliar como componente da violência sexual é denominado por alguns autores como incesto, e pensar sobre o incesto é parte do entendimento do estudo aqui pautado, que trataremos no capítulo subsequente.

CAPÍTULO II

O INCESTO

*“QUERIA PENSAR QUE ESTAVA LOUCA, PARA
NÃO VER QUE MEU PAI ERA AQUELE QUE
AOS POUCOS DESTRUÍA MINHA VIDA...”*

L.D.S

2.1 O incesto: definição e tabu

Palavra proveniente do latim, *incestu* tem seu significado como sendo uma união ilícita entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos, algo incasto, impuro.

Buck (1989), propõem duas definições para o incesto. A primeira estaria vinculada a definição legal que se limita à relação sexual entre pessoas com um grau de parentesco, isto é, laços de consangüinidade. A segunda, refere-se a definição psicológica, que é com a qual a autora se identifica. Nesta última, afirma que o incesto é qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou acreditem ter.

A abrangência da segunda definição traz amplitude e clareza a temática, no momento em que transpassa os laços de consangüinidade, uma vez que inclui padrasto, madrasta, avós por afinidade e até mesmo tutores, deste modo se a integridade e a confiança especial que existe entre uma criança e um parente for violada por qualquer ato de exploração sexual, teremos ali o incesto.

O incesto tem em sua face um tabu considerado universal, algo crucialmente condenado por praticamente todos os povos. O tema tem se tornado alvo de intensos debates contudo, essas discussões incidem mais para o próprio tabu do que para seus atos e efeitos.

O medo, o horror ou a aversão ao incesto, podem ser explicações a este tabu. Estudá-lo

porém, é de vital importância para a compreensão da própria natureza humana, não por ele constituir esta aversão ao incesto, mas por expelir uma atração natural pelo mesmo. Como afirma Buck (1989, p.39) “se não houvessem forças instintivas que instigassem os comportamentos incestuosos a proibição do mesmo seria desnecessária.”

As teorias utilizadas por autores para explicar a finalidade da proibição do incesto são diversas, dentre elas destacam-se as biológicas, sociais e psicológicas, sendo que para esse estudo vamos apenas citá-las, sem o compromisso de analisá-la por não se tratar do objeto de estudo.

As biológicas proíbem uniões consangüíneas ou endogamias, como forma de proteger os indivíduos de má formação física ou mental, sustentando que o cruzamento endogâmico causa a diminuição da variabilidade dos genes e portanto, oferece maior probabilidade de expressão de recessividade. Porém a de se levar em conta que semelhanças genéticas não se limitam apenas ao espaço familiar mas podem estender-se para além deste, como por exemplo um grupo de certa localização geográfica. Deste modo a proibição do incesto não serve para proteger os indivíduos contra as doenças congênitas, mas sobretudo para preservar as normas estabelecidas pela cultura.

As linhas sociais antropológicas provenientes do antropólogo Levi-Strauss, que explica a existência do tabu do incesto como a supremacia da regra cultura da afinidade sobre a da consangüinidade. Para Levi, a proibição do incesto está diretamente relacionada à origem do casamento que está calçada no sistema geral de trocas ao qual se denomina isogamia. Sua consequência é garantir a vitalidade dos grupos humanos permitindo com que uma família tenha um sistema aberto de relações com outras.

Quando antropólogos falam da proibição do incesto evocam as leis que organizam uma forma de contratar uma aliança, um casamento e não as regras que gerem o estabelecimento de

relações sexuais ilícitas. Deste modo a função mais decisiva do tabu, relaciona-se com a socialização, porque ele obriga as pessoas a procurarem parceiros fora da família, na intenção de que a comunidade amplie seus laços e se fortaleça.

Por conseguinte, acaba por organizar duplamente a identidade do grupo, definindo seus limites externos (proibição em relação ao mundo exterior) e a estrutura interna (proibições em relação ao interior). “Portanto, toda a proibição cultural do incesto define, em um mesmo movimento e para todo o indivíduo uma estrutura dicotômica do grupo (os afins e os aliados) e os limites desse grupo” (GABEL, 1997, p.23).

A explicação dada pelas teorias psicológicas sobre a teoria do tabu do incesto, fundamenta-se na idéia de que o tabu ajuda o desenvolvimento da personalidade contribuindo para a estabilização da família. Assim, se alguém assumir mais de um papel como por exemplo, papel de filha e esposa, o resultado é o conflito do qual decorre tensões que podem causar a destruição da família.

No mesmo sentido Buck (1989) compartilha da opinião com o psiquiatra Martin Weich que criou uma teoria bastante interessante sobre o uso das palavras mãe, pai, irmã, irmão..., como uma defesa para o incesto, “dando aos membros da família nomes de seus papéis em vez de chamá-los por seus nomes de batismo, nós nos lembramos constantemente dos papéis que desempenham, o que nos impedem de pensar neles de qualquer outra maneira”

Desta forma, o tabu do incesto situado numa visão psicológica, visa estabelecer a diferenciação e a simbolização de funções dentro da família. Nesta perspectiva a proibição do incesto é um fator organizador e demarcador de limites.

“Freud ao tratar da teoria do complexo de Édipo afirma que os meninos por volta dos quatro anos de idade, manifestam o desejo de possuir sexualmente suas mães e tomar posse do lugar do pai (assim como Édipo na mitologia grega mata o pai e casa-se com sua mãe)”.

Amaral (2003, p.21)

Cohen 1989 (apud AZEVEDO, GUERRA, 2000.p 212), analisando a teoria de Freud com relação aos desejos édipicos, expõe que, na proibição de tais desejos, “o não é um ordenador mental e emocional (afetivo cognitivo) e permite ao indivíduo estruturar o superego e desenvolver o ego. O ego mais enriquecido permite ao indivíduo uma noção de limites, fornecendo-lhe uma maior autonomia”.

Podemos observar até aqui então que a relação incestuosa traz incondicionalmente danos psicológicos a vítima principalmente se esta for uma criança ou um adolescente, pois se trata de uma relação com um sujeito afetivo, econômico e intelectualmente não desenvolvida, temos então uma relação desigual, unilateral por fim, abusiva. Assim, como mencionado por (SCHMICKLER, 2001, p.8).

O mundo das sexualidades deveria ser apropriado para homens e mulheres que possuem corpos e mentes amadurecidos para os jogos de sedução e o intercuro sexual. Uma criança não tem desenvolvimento emocional e físico para qualquer tipo de relacionamento que extrapole a vivência da sexualidade que é própria da sua idade.

A relação incestuosa deste modo, sempre é uma experiência devastadora para a vítima. A colisão emocional e psicológica é destrutiva por diversas razões, em parte devido à nossas reações culturais ao incesto, porém, em maior medida pelo fato de que a criança se vê atraída num papel adulto para o qual ainda não se encontra preparada. A figura paterna (pai/padrasto) em que aprendeu a contar e a confiar apresenta-se de forma intrigante, aterrorizante e muitas vezes fisicamente dolorosa. A vítima sente-se traída e não raramente indefesa. “Não há um estranho de que se possa fugir, não há urna casa para onde se possa escapar” (BUCK,1989, p.30). Até a sua própria cama tornou-se lugar que incita perigo. O incesto é um horror contínuo para esta vítima, urna vez que o agressor está constantemente presente.

2.2 Caracterização das fases do incesto

Segundo Vieira e Abreu (1997, p.112), o incesto pode se constituir em etapas previsíveis, caracterizado nas seguintes fases:

Primeira fase: ***Fase do envolvimento/ Inclusão/engajamento:*** O perpetrador começa a buscar o acesso à criança através de estratégias de sedução recompensa, possivelmente apresentando atividades como se fossem jogos ou algo especial ou divertido. Quanto mais hábil for o perpetrador, menos ameaças serão utilizadas para induzir a aquiescência. Apesar de ser raro o uso da força física para envolver a criança numa situação intrafamiliar, ainda assim é importante avaliar o contexto da dinâmica da família, na qual ocorre o abuso sexual. Em muitas dessas famílias, a força ou a ameaça são as maneiras mais comuns de interação entre os membros da família. Quando o abuso ocorre dentro do contexto de família violenta, a força ou ameaça do uso da força, se a criança não quiser ceder, pode ser um aspecto importante do processo de envolvimento/engajamento.

Segunda fase: ***Fase de interação sexual:*** O perpetrador ciente da proximidade da criança, começa muitas vezes com brincadeiras infantis que incluem desde a exposição do corpo (adulto, criança e/ou ambos) “passando por toques que vão progredindo gradativamente para outras formas de contato. Podemos citar a masturbação (adulto/criança/ambos), carícias nas partes erógenas do corpo, beijos, penetração oral (sexo oral), penetração do dedo ou do pênis na abertura anal/vagina etc.”

Terceira fase: ***Fase do sigilo/segredo:*** Já houve a iniciação da criança a qualquer forma de comportamento sexual. O perpetrador usa seu poder para manter a criança em silêncio. Para ele o sigilo é importante porque elimina a responsabilidade. Possibilita a repetição do

comportamento. “Provavelmente o perpetrador está abusando sexualmente da criança a fim de satisfazer suas necessidades não sexuais”. O desejo de sentir-se importante, poderoso, dominador, admirado, desejado todas as necessidades não-sexuais poderão se repetir.

As ameaças podem ter sido usadas para reforçar o sigilo. Geralmente, quanto menos hábil o perpetrador, mais possível que ele ou ela ameace a criança. Se forem usadas ameaças, elas devem ser cuidadosamente avaliadas quanto ao grau de violência proposto. Algumas ameaças não incluem violência física. Por exemplo, a ameaça de irritação de uma terceira pessoa (“se você contar à mamãe ela ficará zangada!”). A separação é uma forte aliada (“se você contar para alguém, vão te mandar embora”). De auto-prejuízo (“se você contar para alguém, eu me mato”). De fazer mal a outra pessoa (“se você contar para alguém, eu machuco sua irmã”). Finalmente a ameaça pode conter violência contra a criança (“se você contar a alguém, eu te machuco e te mato”). Ao avaliar essas ameaças, dois elementos merecem atenção: o grau de violência física envolvida e a extensão em que qualquer parte da ameaça foi cumprida.

Quarta fase: ***fase da revelação***: A revelação pode ser acidental ou proposital. A revelação acidental pode ser feita por alguém que observa o participante agressor/vítima e conta para outra pessoa; por observação de danos físicos causados à criança, por sangramento de vagina ou em outras áreas; por doença sexualmente transmissível detectada na criança/adolescente; gravidez; quando a criança demonstra conhecimento sexual precoce com pessoas de sua idade e/ou adultos. Revelação proposital - nesse tipo de revelação um participante envolvido (geralmente a criança) decide contar a alguém sobre o segredo.

Quinta-fase: ***fase da negação ou supressão***: Os familiares provavelmente reagirão tentando

suprimir a publicidade, as informações e a intervenção após a revelação. Isto pode ocorrer em razão dos responsáveis pela criança/adolescente se sentirem culpados pelo abuso sexual do (a) seu (sua) filho (filha), por estranhos, por pressão de vizinhos ou parentes de perpetradores adolescentes, para retirar a acusação do ataque sexual.

A supressão poderá ser ainda mais intensa quando o abuso ocorre dentro do círculo familiar. O próprio perpetrador tentará pressionar a criança/adolescente ou qualquer outro membro da família para que a queixa seja retirada. Muitas vezes, além do perpetrador, outras pessoas da família pressionam a criança/adolescente com ameaças e isolamento afetivo, por medo da pessoa que sustente a família, do prestígio do parceiro/parceira etc.

2.3 Relacionando abusador e vítima

De um modo geral os agentes do incesto são quase sempre do sexo masculino. A maioria deles convive de alguma maneira com a vítima e exerce sobre ela poder de influência ou mantêm com a mesma, laços de autoridade ou afeto. Estes autores costumam ser o pai, o padrasto, o tio, o avô, irmão primo, cunhado, dentre outros.

Cohen 1998 (*apud* Azevedo e Guerra, 2000, p. 215) ao realizar uma pesquisa com vítimas de violência sexual, no Instituto Médico-legal, na cidade de São Paulo, em 1990, constatou que de 1 104 casos 238 provinham de relações incestuosas. Destes, 99 tinham por agressor o pai, seguido do padrasto (49 casos), do tio (33), primo (26), irmão (9 casos), companheiro da mãe (5 casos), avô (quatro casos), concunhado (1 caso), sobrinho do padrasto (1 caso), tio-avô (1 caso), madrasta (1 caso). A pesquisa aponta o pai biológico como o grande

vilão do incesto, sendo que o segundo lugar é ocupado pelo padrasto.

As relações incestuosas envolvem predominantemente pessoas do sexo feminino. Esta afirmação pôde ser comprovada, por exemplo, mediante análise feita por Saffioti 2000 (apud MADEIRA, 1997, p.173) tendo como base dados estatísticos do programa SOS Criança (São Paulo), no período de janeiro e julho de 1993, na qual se concluiu que dos 96 casos de violência sexual, 79 envolveram crianças e adolescentes do sexo feminino.

Constata-se que a maioria encontra-se no período da infância ou adolescência. Para Perrone e Nannini (1998 p.62), “a idade das vítimas de incesto é variável, entretanto, as maiores parte delas está entre os doze e treze anos de idade.” As autoras comentam ainda, que as carícias e os toques podem ocorrer mais cedo (freqüentemente em crianças de sete ou oito anos). Contudo, a relação completa do ato sexual quase sempre se dá na puberdade.

Maria Amélia de Azevedo, coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI - São Paulo), revela que a relação incestuosa, dá-se principalmente com pessoas que se encontram na faixa etária de 8 a 12 anos.

Percebe-se, portanto, que os dados revelados, por Azevedo mostram-se desiguais aos de Perrone e Nannini. A explicação pode ser dada pelo fato destas últimas considerarem apenas o ato completo da relação sexual. Caso Perrone e Nannini incluíssem as diferentes formas de abuso (atos libidinosos, penetração, entre outras) a estatística seria semelhante às de Azevedo e Guerra.

Retomando a questão do protagonista do incesto em particular o pai e o padrasto, cabe uma pergunta: quem são estes homens, que aliciam, iludem ou coagem uma criança ou

adolescente a praticar com eles atos sexuais de qualquer natureza? Barbosa (1999, p. 40) responde á indagação dizendo que “se trata de homens que atuam no seio da família, de maneira nefasta, desagregando a formação psicoemocional da vítima, isolando-a das pessoas que são suas principais referências e despertando precocemente sua sexualidade”.

Para Perrone e Nannini (1998), os agressores incestuosos, podem ser identificados de duas maneiras: como pessoas altamente carinhosas ou inverso, como sujeitos violentos.

Referente ao primeiro tipo de agressoras autoras o descrevem como sendo aparentemente pudico e moralista, costuma ser religioso podendo também denotar fragilidade. Não obstante, inspira ternura, simpatia, e desejo de proteção. Este tipo de abusador se caracteriza como pessoa dócil, além do que pode ser identificado, na relação com a vítima, como um sujeito infantil e imaturo. A vítima é por ele venerada como objeto de pureza. No entanto, trata-se de um indivíduo solitário, que não se satisfaz sexualmente mediante relação bilateral. Para ele, “a excitação sexual diante de uma criança é (por vezes) maior do que diante de um adulto.” Bouihet 1993 (*apud* GABEL, 1997, p.39). É comum, esse tipo de abusador, possuir relações conjugais e extraconjugais escassas ou inexistentes.

No que diz respeito ao segundo tipo de abusador, as autoras consideram-no como sujeito controlador, que almeja submeter os demais membros da família aos seus próprios desejos e vontades. Para garantir esta submissão, suas ações se revelam de maneira despótica e tirana. A violência verbal, física e psicológica aparece em forma de injúrias e humilhação, de desdém em relação aos mais fracos e às mulheres. Este tipo de abusador muitas vezes ultrapassa o limite da casa, fazendo vítimas fora dela como, por exemplo, os parentes mais próximos. “Lo sexual se expone sín pudor y publicamente, a modo de vitrina de la sexualidade

triumfante del abusador” (PERRONE , NANNINI, 1998, p.99). Tal abusador se caracteriza por seu comportamento ousado, audacioso e sem escrúpulos.

Buck (1989) comentando sobre o protagonista do abuso, afirma que o pai incestuoso é o criminoso sexual mais incompreendido de nossa sociedade e o mais fácil de reabilitar. Raramente é reconhecido como um monstro ou psicótico. Ao contrário do que se possa imaginar, ele é quase sempre um cidadão respeitador das leis, um sujeito trabalhador, que num dado momento perdeu a capacidade de controlar seus impulsos. E é justamente a incapacidade de conter estes impulsos que caracteriza seu problema, na busca de uma explicação para a não contenção dos desejos incestuosos, a autora afirma que:

A maioria de nós consegue desenvolver salvaguardas psicológicas eficazes contra nossos desejos incestuosos. Na verdade, essas salvaguardas são geralmente tão fortes que podemos chegar até sequer reconhecer a existência de nossos desejos incestuosos. Com pais incestuosos, alguma coisa falha no desenvolvimento dessas salvaguardas. (BUCK 1989, p. 42)

Seguindo o pensamento de Buck (1989), observa-se que a autora elenca alguns motivos que levam tanto pai quanto padrasto a perpetrarem o incesto. Para ela, os agressores vêem o incesto não como ato de satisfazer puramente seus desejos sexuais, tais motivos vão muito além disto. Eles podem usar o sexo com suas filhas/enteadas como tentativa desenfreada de satisfazer urna série de necessidades emocionais, necessidades estas que reveses não conseguem entender donde vem. Também podem optar pela relação incestuosa como meio de exercer o poder, já que este lhe foi renegado no meio exterior. Os agressores que procuram o poder através do incesto são na sua maioria homens violentos, que afirmam sua masculinidade tiranizando a família, tais abusadores podem ser aqui enquadrados no segundo tipo de abusador abordado por Perrone e Nannini. No entanto, ao contrário do que se imagina, são pessoas capazes de estabelecer bons relacionamentos fora de casa, pois freqüentemente

mantêm seus empregos e conservam suas amizades. Outro aspecto que impulsiona os agressores à perpetração do incesto, está relacionado à tentativa de encontrar a ternura e a compreensão que muitas vezes não estão presentes na relação com a sua companheira.

Tratando enfim dos facilitadores do incesto, destacam-se o alcoolismo, a drogadição, distúrbios neurológicos, bem como as variáveis sócio econômicas (podendo ser compreendidas como: a falta de emprego, a falta de condições adequadas de habitação, saúde, educação etc).

Os agressores incestuosos mais comuns são identificados como não-violentos. Estes agressores, para darem início à relação incestuosa, utilizam estratégias bastante sutis. Há os que dedicam um tempo para ficar em companhia da vítima, no intuito de aos poucos ir tocando seu corpo, bem como testando seus limites, outros por sua vez, isolam-na, principalmente se for criança, e através de brincadeiras lúdicas aproximam-se cada vez mais de seus órgãos sexuais. Outros, ainda, introduzem assuntos sobre a sexualidade e buscam através destes naturalizar a relação sexual entre qualquer pessoa de qualquer idade. Apesar das investidas assumirem formas diferenciadas, a maioria desses agressores, para manter o controle sobre a vítima, recorre à autoridade e à intimidação. Não obstante, os pais ensinam os filhos a serem obedientes .

De outra parte os filhos aprendem a obedecer aos pais e a esperar deles a orientação moral. No caso do incesto, se o pai diz à filha que está tudo bem , é porque deve estar certo. “É claro também, que se a vítima cogitar desobedecer a ameaça de punição está sempre presente. Assim a vítima quase sempre participa “voluntariamente” do incesto, sem reconhecer a coerção sutil que ocorreu” (BUCK, 1989,.p. 31).

Em alguns casos a vítima pode vir a gostar dos abusos, isto pode ocorrer pelo simples fato de que a atenção dispensada a ela, pela pessoa que abusa, é talvez a atenção e o cuidado parental mais importante ou inclusive o único que experimenta. A vítima também pode sentir prazer físico à medida que o agressor toca o seu corpo. Furnnis (1993, p. 32) afirma que “o intenso contato de pele e a estimulação do corpo durante o ato sexual criam um estado de extrema estimulação física e fisiológica na criança no intercurso vaginal, anal ou oral ou na masturbação”.

Para Furnnis (1993) estes dois aspectos são tidos como aspectos positivos do abusos e que por terem esse aspecto são os responsáveis pelo sentimento de culpa. Em outros casos, porém, a vítima sente dor, medo e repugnância tanto do agressor quanto da relação que se instala entre eles. O sexo oral pode deixá-la nauseada, a penetração, bem como, a estimulação manual tornam-se experiências dolorosas.

Na verdade, tanto as experiências negativas do abuso como as “positivas”, causam na vítima efeitos devastadores que podem aparecer mediante queixas somáticas e disfunções psicológicas. As queixas somáticas são habituais. A vítima pode sentir dores no corpo, impressão de alteração física, dores nos ossos, dores abdominais, faltas de ar e desmaios. Além dos efeitos no organismo propiciado por doenças sexualmente transmissíveis, caso tenha contraído alguma delas.

Em determinados casos surgem problemas relacionados à alimentação como náuseas, vômitos, anorexia e bulimia, que assumirão, mais tarde, outro significado, a saber, a recusa pela feminilidade e a destruição do corpo. Atitudes auto-destrutivas também podem ser percebidas pela inserção, por parte de algumas vítimas, no mundo da prostituição e taxonomia.

O corpo sentido como profano, sujo, remete certas vítimas a rituais de “se lavar” bem como ao ato de se coçar, provocando, por conseguinte, as chamadas dermatoses.

Gabel (1997,p.67) acrescenta que:

Perturbações do sono são constantes e traduzem a angústia de baixar a guarda e ser agredido sem defesa; observa-se a recusa das crianças menores em ir deitar-se, agarrando-se ao adulto não implicado; do mesmo modo que se observam rituais de averiguação, de prevenção ao colocar em torno da cama objetos que possam fazer barulho caso alguém se aproxime; certas crianças dormem completamente vestidas. O despertar angustiado durante a noite também é muito freqüente e se manifesta sob forma de pesadelos. Em geral, ao menos temporariamente, acoite prejuízo das funções intelectuais e criadoras. A criança pára de brincar, desinteressa-se dos estudos, fecha-se em si mesma, torna-se morosa inquieta.

Percebe-se então, que o incesto é um fenômeno altamente destrutivo. Ele se inscreve numa relação unilateral, em que um homem se contenta com o sexo obtido à força de uma pessoa ainda fraca, dado seu estágio de desenvolvimento biopsíquico-social. A vítima sente-se traída, pois alguém próximo a ela usou despoticamente sua autoridade, e com astúcia lhe roubou a essência da vida, deixando-a com profundas marcas. Essas marcas aparecem no físico, na alma e no comportamento. Não há quem perceba seu sofrimento ou se alguém percebeu, por algum motivo fez “vistas grossas”. Então, o jeito é aprender a lidar sozinha com a situação. Este homem trajado na figura de pai, deixa-a perturbada. Ele faz questão de estar presente 24 horas, seja dentro da sua própria casa ou no interior de seus pensamentos. Ele parece um fantasma, que ora assume feição dócil, ora transforma-se num verdadeiro monstro. Ele a obriga a uma relação física e espiritualmente dolorosa e, em troca disso, exige segredo de tal relação. Contudo, se esta experiência é tão angustiante, o que a faz guardar tamanho segredo?

Diversos são os motivos e encontram-se fundamentados nas ameaças e nos subornos

feitos pelo agressor. Em muitos casos, as vítimas foram ameaçadas de serem mandadas embora, de serem mortas pela pessoa que cometeu o abuso ou de que irá se matar, de que o casamento dos pais irá terminar e de que a revelação conduzirá á desintegração familiar. Também foram alertadas para o fato de que seriam completamente desacreditadas caso contassem o ocorrido a alguém. Outras, por sua vez, eram consideradas pelo agressor como co-participantes do abuso, já que sentiram prazer físico ou gostaram do afeto dispensado Furniss, (1993)

Deste modo a aversão às surras, de serem expulsas de casa, de causarem um desastre familiar ou de serem consideradas mitômanas contribui largamente para que se fechem no mundo do segredo. Diante desta síndrome de segredo, assim definida por Furniss, as vítimas aprendem a sobreviver ao abuso.

CAPITULO III

O SOS CRIANÇA COMO EXPERIÊNCIA NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*EM UMA GERAÇÃO, O MUNDO PODERÁ
MUDAR PARA O BEM OU PARA O MAL, E
ISSO DEPENDERÁ DA NOSSA ATITUDE
COM AS CRIANÇAS.
JEBB.*

3.1 O Histórico do programa

Tendo em vista que o presente estudo foi desenvolvido a partir de experiências em período de estágio no projeto SOS criança , fez-se necessário ainda que brevemente traçar um histórico da instituição.

O SOS criança, enquadrava-se nas diretrizes da política de proteção Especial, previstas na constituição federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município de Florianópolis e na Lei número 8.069/90- Estatuto da Criança e do adolescente.

O SOS Criança foi implantado como programa em maio de 1991, durante o governo Collor, através de convênio firmado entre a Secretaria Estadual da Justiça e Administração e a Fundação Vida - Apoio à Família Catarinense, uma entidade sem fins lucrativos que tinha como presidente a primeira dama do Estado de Santa Catarina, senhora Vera Maria Karam Kleynubing.

Surgiu com a finalidade de prestar atendimento emergencial, a partir das demandas procedentes da comunidade, e principalmente, do Albergue Santa Rita de Cássia, que estava

instalado no mesmo prédio do SOS Criança e também fora fundado pela primeira dama, citada anteriormente.

O programa seguia um modelo nacional de atendimento a criança e ao adolescente englobando diversas funções desde a verificação de denúncias, abrigo noturno, abordagem a situações de rua, recambiamento de clientela vinda de outros municípios, crianças em prática de ato infracional apresentadas pela polícia, entre outras. Até o ano de 1995, o SOS Criança atendia os municípios da grande Florianópolis, principalmente Palhoça, Biguaçu e São José.

Inicialmente, o SOS Criança contava com duas Assistentes Sociais, dois Professores de Educação Física, um Pedagogo, um Professor de Estudos Sociais, uma Professora de Educação Artística e dois Educadores de nível médio.

Em novembro do ano de 1991, foi realizado o convênio com a empresa de Telecomunicações de Santa Catarina - TELESC para a instalação do número de telefone 1407 / disque-denúncia.

Em 1992 o SOS desmembrou-se do Albergue e passou a ter sede própria, sendo que o atendimento expandiu-se mais à comunidade. Em janeiro deste mesmo ano, foi implantada a Central Telefônica de Atendimento à Criança e ao Adolescente, de número 1407.

Em 1993, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social (atual Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social) e da AFLOV - Associação Florianopolitana de Voluntários, assumiu as ações do SOS Criança, visto que a municipalização do atendimento estava estabelecida no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, recebendo recursos do Estado. Assim, foi assinado um Programa de Cooperação entre Estado e município, que ficou em vigência até o ano de 1999, quando então o município assumiu integralmente as ações do SOS Criança, com o retorno dos

profissionais do Estado em 04/02/99 às suas Secretarias de origem.

Devido à municipalização em 1993, a implantação dos Conselhos Tutelares em 1994, o aumento na demanda de denúncias, a redução do horário de atendimento de 24 horas para 12 horas diárias e a reorganização do organograma e da própria estrutura de atendimento, o Projeto deixou de atender no mês de outubro de 1995 a demanda pela qual era responsável anteriormente e passou a atender somente as situações de violência doméstica (sexual, física, negligência e psicológica) contra crianças e adolescentes, restringindo-se à região continental e insular do município de Florianópolis.

Em setembro de 1999 a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social determinou extinto o plantão de 24 horas, sendo que o Projeto SOS Criança passou a funcionar diariamente (inclusive aos finais de semana) das 08 às 23 horas.

No mês de dezembro de 1999, o horário de atendimento foi novamente reduzido, tendo em vista que o Conselho Tutelar passaria a dispor de um plantão de sobreaviso noturno (das 20 às 08 horas), o SOS Criança passou a funcionar em plantão de 12 horas diárias - das 08 às 20 horas.

Em outubro de 2000, o Governo Federal lançou o Programa Sentinela, com o objetivo de atuar no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, onde cada município poderia adequá-lo a sua realidade local. Assim, o município de Florianópolis reorganizou a sua estrutura, a fim de captar os recursos previstos para o Programa Sentinela.

Tendo em vista a existência do Programa SOS Criança desde 1991 em Florianópolis (atendimento emergencial), e também o Programa Mel que atuava na prevenção da violência, estes foram inseridos dentro do Programa Sentinela de Florianópolis e passaram a chamar-se de Projetos Mel e SOS Criança. A partir de então, atendendo às exigências do Governo Federal, foi criado o Projeto Acorde para atuar no acompanhamento de crianças e adolescentes

vítimas de violência doméstica.

Assim, no município de Florianópolis, o Programa Sentinela está vinculado à Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, através da Gerência de Assistência Social / Divisão de Atenção e Proteção Especial, e está estruturado da seguinte forma: Projeto SOS Criança, que recebe e averigua denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes; Projeto Acorde, que acompanha famílias com episódio de violência física severa e sexual contra crianças e adolescentes; e Projeto Mel, que desenvolve estratégias de prevenção das diversas formas de violência contra crianças e adolescentes .

Até o período de término do estágio , janeiro de 2004 o corpo funcional do Projeto SOS Criança possui uma equipe multidisciplinar composta por: 02 Assistentes Sociais Chefes de Plantão e 12 Assistentes Sociais, totalizando 14 profissionais de Serviço Social, 08 estagiárias de Serviço Social,⁰³ Psicólogas, sendo duas com dedicação exclusiva,⁰³ Educadores Sociais.

A equipe operacional contava com 03 assistentes administrativos e 05 motoristas.

3.1.1 Objetivos do Projeto SOS Criança:

O Projeto SOS Criança é um órgão de proteção especial à criança e o adolescente, vítima da violência, preferencialmente no âmbito doméstico. Está vinculado a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social, sob a coordenação da Gerência de Assistência Social / Divisão de Atenção e Proteção Especial / Programa Sentinela.

Os objetivos do projeto se pautavam em: receber e averiguar denúncias de violência sexual, física, psicológica e negligência contra crianças e adolescentes, encaminhar relatório

social dos casos atendidos ao Conselho Tutelar para que o mesmo tome as medidas de proteção para as crianças e adolescentes, sugeridas no parecer social, orientar a família e resgatar, sempre que possível, os vínculos familiares e prevenir a reincidência da violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Florianópolis.

Em janeiro de 2005 o município de Florianópolis ingressa em nova gestão tendo novamente a estrutura do programa alterada, desta vez concebe-se a extinção do SOS criança como programa de atendimento emergencial as crianças vítimas de violência doméstica, ficando sua atribuição apenas a uma central telefônica, passando o restante das ações antes a ele atribuídas a equipe de diagnóstico do também reestruturado programa Sentinela.

3.2 O Serviço Social na Instituição

Vale primordialmente ressaltar aqui o fato do profissional do Serviço Social ao longo dos anos ter ocupado um lugar de destaque no programa SOS Criança, em meados da década de 1990, com ingresso de um número significativo de Assistentes Sociais no Programa, a profissão começou a solidificar-se na instituição, implementando atendimento dentro do modelo vigente de que crianças e adolescentes são sujeitos portadores de direitos.

No Projeto SOS Criança, o Assistente Social atuava como investigador social¹ no diagnóstico da violência doméstica, e a atuação era pautada na defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica

O processo de trabalho do profissional no Programa SOS Criança estava relacionado

¹ O processo de investigação social consiste na intervenção que ocorre a fim de elucidar a ocorrência da violência.

com as mais diferentes demandas existentes, pois além do cotidiano árduo da violência doméstica envolvia questões de guarda (devido a afastamento dos pais), adoção, saúde, família ou de orientação profissional além da carência sócio econômica. Desta forma o profissional em seu cotidiano acaba por absorver demandas que exigem maior capacitação e elaboração de estratégias que venham a contribuir para o fazer profissional.

Convém ressaltar que o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, deve por meio de seu exercício profissional, dar resposta atuais demandas colocadas pelo mercado de trabalho, além de inovar a qualificação do fazer profissional, reconhecendo e conquistando novas alternativas de ação.

Estas considerações remetem à formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre o campo que circunscreve sua prática, de reconhecer o seu espaço ocupacional no contexto mais amplo da realidade socioeconômica e política do país e no quadro geral das profissões.(IAMAMOTO,1992 p. 163)

Observa-se assim que o dia a dia no programa não era nada fácil as situações que lhes eram apresentadas eram protagonizadas por pais ou responsáveis que agredem, mas que por muitas vezes são vítimas, seja do desemprego, carência sócio familiar ou seja de uma nação em crise, de cultura ultrapassada e enraizada nas mentes a formas como violência punitiva como recurso educativo eficaz e a violência sexual como um mistério.

Esse contexto exige muito do profissional que enfrenta vários desafios no seu dia a dia, desde a falta de recursos materiais e humanos, a desvalorização profissional, a defasagem da rede de apoio às crianças e adolescentes, a morosidade da justiça, entre outros.

O baixo investimento em políticas públicas por parte dos governantes, agregados a interesses políticos torna também evidente as limitações que os profissionais encontram para realizar seu trabalho com competência e eficiência visando um atendimento de qualidade

garantindo os direitos das crianças e adolescentes conforme estabelecido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os objetivos do Serviço Social no Projeto SOS Criança se pautam em sua generalidade em prestar atendimento emergencial às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

Especificamente os objetivos do programa eram: definição do risco em que se encontra a vítima e protegê-la; contenção responsabilização e orientação o agressor; elaboração de um diagnóstico preciso a cerca da ocorrência da violência doméstica, transformando a suspeita denunciada em episódio ou situação fundamentada; elaboração de um parecer social que indique medidas de tratamento para a família, resgate, quando possível, dos vínculos familiares e a sociabilidade entre a vítima e o agressor; prevenção a reincidência da violência nas famílias, trabalhando no sentido de romper o ciclo de violência doméstica.

Os Assistentes Sociais trabalham com as famílias orientando-as, no sentido de potencializá-las para que percebam as crianças e adolescentes como sujeitos portadores de direitos, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando o Assistente Social absorve um caso, realiza visita domiciliar e abordagens com as vítimas, familiares, vizinhos e supostos agressores para averiguar o teor denunciado, traçar o perfil da família e dimensionar os riscos aos quais a vítima pode estar sendo submetida. Assim, visando conhecer a realidade, as entrevistas e visitas domiciliares e institucionais são instrumentais inerentes ao processo de trabalho dos Assistentes Sociais.

A seguir, os profissionais elaboram o relatório situacional, contendo o parecer social². Um dos momentos mais importantes da intervenção é o diagnóstico da situação de violência, isso porque a possibilidade de erro poderá trazer (novas) sérias consequências para as crianças

² O parecer social consiste opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão pericial

e adolescentes vitimizadas, a exemplo, a institucionalização desnecessária; ou a sua permanência no lar acarretando risco de vida e revitimização

Nesse sentido, os pareceres sociais são de fundamental importância por tratarem-se da opinião fundamentada que o Assistente Social emite sobre a situação estudada, que Araújo (2002) define como a etapa onde deverá conter a sugestão para a solução do conflito do ponto de vista social. A partir do parecer social do profissional, o Conselho Tutelar tomará as providências sugeridas ao caso.

3.3 A experiência de estágio no projeto SOS criança

O estágio realizado no projeto SOS criança teve duração de dois anos e quatro meses, sendo esta experiência considerada a mais importante em toda jornada acadêmica, de extremo valor profissional e sentimental.

Ao longo do estágio pelo SOS criança, foi possível verificar que trabalhar no campo da violência doméstica não é uma tarefa simples, pois exige do profissional do Serviço Social além do preparo teórico-metodológico, propostas criativas para intervenção na família que apresenta em seu interior uma ou mais das modalidades de violência intrafamiliar.

Diante desta grande exigência, de lidar com a violência doméstica de crianças se fez necessária à busca constante de conhecimento teórico e técnico para lidar com este objeto de ação do programa. Para isso contou-se com a ajuda das Assistentes Sociais e dos diferentes profissionais da equipe, que foram atores admiráveis no esforço do ensino de ações práticas e também científicas relacionadas à área de atuação.

As atividades desenvolvidas no período de estágio se dividiam em atendimento de

denúncias pela central telefônica e atendimentos as vítimas de violência em conjunto com uma Assistente Social. Para facilitar o trabalho do programa foi criado internamente um sistema onde cada estagiária que se somavam em um número de oito, formaria parceria de trabalho com uma Assistente Social, usando-se deste modo à nomenclatura Assistente Social de referência.

A central de atendimento telefônico era a porta de entrada da denúncia no projeto e era a partir dali que se daria início ao trabalho, visto que a denúncia se tornara o documento fundamental para dar-se início a investigação social, deste modo passou-se por um treinamento e período de adaptação para então nos ser repassada esta função, que delegaria competência e compromisso para que a denúncia apanhada pudesse clarificar ao máximo a primeira ida do profissional a campo.

Referente a atividade de atendimentos as famílias e as vítimas, podemos destacar a clientela atendida pelo projeto, que transpassava a norma culta de que o Serviço Social teria as classes subalternas como público alvo, pois se tratando de violência doméstica contra crianças e adolescentes, podemos nos adentrar no fato de que não é um fenômeno exclusivo da populações de classe baixa, ela ocorre em qualquer tipo de cultura ou classe social, perpassando as diversas esferas da sociedade como afirmam Azevedo e Guerra(1989, p.35):

A violência estrutural, inerente ao modo das sociedades desiguais em geral e da sociedade capitalista, não é a única forma de 'fabricar crianças vítimas'. A seu lado (...) coexiste a violência inerente às relações interpessoais adulto- criança.

Trabalhar portando com a ignorância de direitos, forma um perfil peculiar ao Serviço Social no quadro geral da profissão, deste modo a prática profissional como resultante da história e ao mesmo tempo, como produto teórico-prático dos agentes que a ela se dedicam

eram pressupostos da prática profissional no período de estágio. O trabalho em conjunto visava a averiguação de denúncias, pautado em uma chamada investigação social, que tratava de afirmar o teor denunciado e diagnosticar a violência ali presente, emitindo ao final um parecer social dando o devido encaminhamento para o caso a partir dele, todas essas atividades faziam parte da dinâmica do estágio, sendo elas acompanhadas ou supervisionadas pela Assistente Social de referência.

Ao averiguarmos o teor de uma denúncia, utilizavam-se como instrumentos: visitas domiciliares, abordagens individuais e coletivas, abordagens comunitárias, abordagens institucionais com a rede de apoio (escolas, creches, centros de saúde, hospitais), na busca de informações e sensibilização dos demais profissionais na temática.

O estágio realizado, trabalhava em parceria com os equipamentos sociais no sentido de garantir e apoiar um trabalho junto à família, levando-se em conta que a criança e o adolescente não são elementos que estão à parte da família, eles fazem parte desta, devendo-se trabalhar com os recursos em que a família se insere e não apenas com aqueles que a criança utiliza, com este entendimento, conseguia trazer mais parceiros em busca da garantia da proteção.

Por estarmos trabalhando com seres socialmente vulneráveis, a responsabilidade nos estágios de intervenção eram de suma importância para que não se corresse o risco de uma revitimização, destarte agir cegamente em um processo desconhecido não era viável, sendo assim cursos de capacitação na área foram parceiros fundamentais nesta trajetória, além de leituras aguçadas, com a proposta de sanar as dúvidas e fortalecer-se profissionalmente, para o comprometimento de abordar crianças/ adolescentes vitimizadas, formando portanto subsídios práticos, precisos, coerentes e sistemáticos no processo de abordagem.

A competência profissional para driblar percalços, como a falta de recursos

financeiros, materiais e pessoais e espaço físico também se fez necessário no período de estágio para a efetivação das atividades com compromisso ético, além da abertura para o trabalho multidisciplinar de primordial relevância neste tipo de realidade, para subsidiar a investigação e proporcionar a família a possibilidade de recuperação além da intensa proteção da vítima.

Dentre as quatro modalidades de violência doméstica trabalhada, a violência sexual intrafamiliar ou incesto, foi à escolhida para a realização deste estudo,

Trabalhar com vítimas e familiares envolvidos ou não com o incesto se tornou um desafio no decorrer do estágio, tanto pela sua perversidade, como pela maneira que ela se configura, firma e se estrutura dentro de uma família. Tendo vivenciado como realidade o atendimento a estas famílias, uma situação específica de uma família incestogênica foi escolhida para completar este estudo.

Convém ressaltar que o limite trazido pela lei penal de 1940, no que se refere à responsabilização legal do agressor, embora seja necessário, não interrompe, por si só, o ciclo de violência sexual praticada por famílias incestogênica.

Entende-se que, além da responsabilização criminal abusador, deverão ser aplicados medidas constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, que objetiva tratar, orientar e readequar a família como um todo.

O ECA, em seu artigo 130, apresenta ainda a possibilidade jurídica do afastamento cautelar do agressor da moradia como uma importante medida de proteção a ser aplicada em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes .

Vale salientar que este é primeiro procedimento a ser tomado em um caso de incesto, sendo indispensável para a salvaguarda da vítima, isto para que se inicie o processo de tratamento familiar sem que se corra o risco desta criança ou adolescente ser novamente

vitimizada durante este período. No entanto convém lembrar que efetivar esta medida na grande maioria das vezes é muito complicado, e que mesmo tendo o apoio judicial para efetivar este afastamento a resistência acontece, esbarrando-se e dificultando o papel do profissional envolvido.

Segundo o banco de dados do projeto, no ano de 2004 o SOS criança recebeu 1.347 denúncias sendo estas:

- 318 violência psicológica;
- 351 violência física
- 381 situações de negligência
- 291 violência sexual.

Neste mesmo ano a equipe prestou atendimento a 98 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre estes 69 se caracterizavam como abuso intrafamiliar. No período de estágio curricular obrigatório³, de agosto a dezembro houve a participação efetiva acompanhando a Assistente Social, no atendimento a 10 casos destes acima listados sendo que dentre estes, dois eram abuso sexual extrafamiliar e oito intrafamiliar.

Uma família em especial dentre estas engajadas no abuso intrafamiliar ou incesto, fez despertar o interesse em aprofundar esta temática, devido ao fato do genitor abusivo ter ido de encontro ao projeto junto à família e ter exposto mesmo que incompletamente o fato do abuso, vale salientar que dificilmente um abusador sexual expõe a verdade diante dos profissionais, a negativa se põe sempre como uma premissa.

Outro fator aguçante deste interesse foi que, apesar desta abertura referente aos fatos,

³ O estágio curricular obrigatório: atividade curricular obrigatória, que se estabelece a partir da inserção do aluno espaço sócio- ocupacional, com o objetivo de sua capacitação para exercício profissional.

os relatos da situação atendida apontarão além de outras características do incesto o fechamento da família como instituição santificada e conseqüentemente a negação do conflito ali instalado, que age como dificultador da ação do profissional logo no início da intervenção sobre a família, já que a mesma apresenta resistência ao enxergar-se como local de perigo constante par esta criança ou adolescente.

Num último tópico traremos os relatos contidos no dossiê da situação atendida, que se houve a oportunidade de acompanhar no período de estágio no projeto SOS criança, seguido de análise teórica.

3.4 Procedimentos metodológicos

Segundo Gil (1994, p. 43) a pesquisa se constitui de um processo formal e sistemático do desenvolvimento científico, tem como objeto fundamental descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

A pesquisa deste modo se vale da produção de conhecimento novo, que dentro da academia é método científico, com um procedimento reflexivo, sistemático controlador e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados.

Para a construção deste estudo procurou-se fazer inicialmente um levantamento bibliográfico, tendo como alvo livros e artigos científicos, a fim de selecionar publicações que tratassem do tema. Acentua-se porém que da bibliografia pesquisada não se encontrou o assunto e forma explicita ou direta no entanto indicações que contribuíram para o embasamento teórico deste trabalho.

Os dossiês das situações atendidos durante o período de estágio obrigatório , sendo eles documentos do SOS criança, foram fontes de pesquisa permitindo selecionar a família

que apresentasse a dinâmica de incesto, que seria a base do trabalho. Além da pesquisa documental então se utilizou uma pesquisa-ação, que segundo Gil (1999), é aquela que pesquisa intervindo, implicando na transformação da realidade e priorizando a ação.

Desta forma o universo pesquisado se constitui de 98 casos de violência sexual intrafamiliar atendido no ano de 2004 pelo SOS criança, sendo selecionados dez dos atendidos em conjunto com a Assistente Social de referência, sendo eleito por amostragem um caso por considerá-lo de grande relevância para ilustrar o tema analisado nesta pesquisa

Cabe ressaltar que a amostragem, aqui delimitada, é denominada por Gil (1994) de amostragem por acessibilidade. De acordo com o referido autor (1994, p. 97)

Este tipo de amostragem “constitui o menos rigorosa de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se a este tipo de amostragem em estudos exploratórios qualitativos, onde não é requerido um elevado nível de precisão”.

Por fim de todos esses procedimentos utilizados chegou-se as considerações expostas ao final do estudo.

3.5 Reflexões sobre o incesto e a família a partir de uma situação atendida no período de estágio

Tentando-se definir a instituição familiar, observa-se que esta é uma estrutura social tão antiga quanto à própria história da humanidade. Neste sentido é uma construção humana que se consolida, modifica e transforma sobre influencia recíproca no meio social. Nestas bases pode-se afirmar que família é “um fato cultural, historicamente construído” (RIBEIRO, 1999, p.8).

Esta construção se dá pelo fato de que a família é certamente um dado universal, mas apenas no sentido de que não existe nenhuma sociedade desprovida de uma instituição que desempenhe em toda a parte as mesmas funções, como unidade única de produção de consumo, lugar privilegiado do exercício da sexualidade entre parceiros autorizados, lugar de reprodução biológica, da criação e da socialização dos filhos. Neste âmbito sim a família obedece as mesmas leis.

No entanto segundo Heritier (1997), a imensidão de arranjos, regras internas e composição de sobrevivência, demonstram que a família não é um fator natural, mas sim algo artificial construído, portanto um fenômeno cultural, como supracitado.

Segundo da Matta (apud CERVENY 1994, p.21) :

Uma reflexão mais crítica sobre a família permite descobrir que, entre nós, ela não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constitui também e principalmente um valor. Há uma escolha por parte da sociedade brasileira, que valoriza e institucionaliza a família como uma instituição fundamental à própria vida social. Assim a família é um grupo social, bem como uma rede de relações. Funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na convivência social intensa e longa. E um dado de fato da existência social e também constitui um valor, um ponto do sistema para o qual tudo deve tender

Minuchin (1999, p.14) acrescenta que a família é “um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança e também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada”.

Num primeiro momento, podemos dizer que a família é a instância principal, responsável pela proteção da criança e do adolescente, suprimindo as necessidades vitais, primordiais (alimentação, educação, saúde, cultura, valores morais, etc.) para que esses seres

cresçam saudáveis físicos e emocionalmente. O grupo familiar pode então, ser visto como um conjunto que funciona como uma totalidade e no qual as particularidades dos membros não bastam para explicar o comportamento de todos os outros membros.

Cabe a nós então profissionais futuros profissionais iniciarmos o debate a cerca do tema com algumas perguntas: não deveríamos esperar que a família fosse o mais perfeito ninho de amor? Porque então a família incestuosa se empenha em esconder seus conflitos e fazer de conta que tudo esta em paz?

Segundo Mito, (2000, p.219)

...as formas de organização das famílias são totalmente diversas e modificam-se, continuamente, para atender as exigências que lhe são impostas pela sociedade, pelos sujeitos que a compõe e pelos eventos da vida cotidiana. O terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição. As relações são profundamente marcadas pelas contradições entre as expectativas que a sociedade tem e as possibilidades objetivas de realização

Com base na teoria de Azevedo e Guerra (1999) tratamos família como um espaço privado, mas apenas enquanto não violar ou ameaçar a integridade psicofísica de suas crianças e adolescente. Ela não é uma soma de indivíduos, mas sim um conjunto vivo, contraditório e de troca, de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade deste modo se põe não apenas como geradora de prazer mas também de conflito, a divisão interna de papeis pode ser expressão de importantes relações de dominação e submissão. Sendo assim, a família considerada abusiva deve ser passível de intervenção, para que dessa forma interrompa-se o ciclo da violência, a fim de proteger as crianças e adolescentes vitimizadas e as vítimas em potencial (no caso, os irmãos/irmãs).

Relato:

O SOS criança foi acionado em novembro de 2004, para atender denuncia referente à violência sexual em uma determinada família, perpetrada pelo genitor, com o seguinte teor: “Camila⁴ vem sendo abusada há anos pelo seu pai, o mesmo mexe com frequência em seus seios e faz sexo oral, não se sabe se houve penetração...”

Os atendimentos dos casos de abuso sexual iniciam-se a partir da denúncia, que pode ser realizada através de qualquer pessoa física ou de equipamentos sociais. Esta por sua vez funciona como mecanismo de defesa dos direitos pela população, uma vez que a partir dela inicia-se um processo de desconstrução da situação de violência

Segundo Ferreira (1997, p.435), o ato de denunciar assim vários significados entre eles:

- dar a continuidade, revelar, divulgar (ex. Denunciar uma trama)
- delatar como autor de um crime, fazer denuncia (ex. Denunciou à justiça o conspirador);
- tornar-se perceptível ou visível (ex.denunciou a justiça o conspirador).

Segundo artigo 18 do ECA e dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo a salvo de qualquer tratamento desumano, violento aterrorizante, vexatório ou constrangedor. O artigo 13 profere que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicado ao conselho tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras medidas legais, o artigo 70 por sua vez descreve que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do

⁴ Os nomes utilizados no decorrer dos relatos são de origem fictícia.

adolescente.

Neste caso analisado, a denúncia anônima ocorreu através da central telefônica do SOS criança que era órgão responsável pelo recebimento de denúncias no município de Florianópolis.

A denúncia foi absorvida pelo Serviço Social que iniciou atendimento a família em 23/11/04, ocasião em que se realizou visita domiciliar, e deixou solicitação de comparecimento para a genitora e para adolescente.

Em 25/11/04, a genitora efetuou contato telefônico com o programa, informando que não poderia comparecer no SOS criança na data marcada. Ao agendarmos outra data a genitora perguntou-nos se deveria vir com o marido. Solicitamos que viesse apenas com a filha.

Em 30/11/04 a Sra Valdete compareceu no SOS criança e no entanto não trouxe Camila consigo. Valdete 35 anos é agente de saúde, casada com senhor José há 15 anos e com ele construiu sua família. Relatou que há uma semana Camila revelou o abuso a perpetrado pelo pai, após ser cobrada pela mãe sobre um boato de que estava beijando um garoto da vizinhança na boca. Revelou deste modo que o pai acariciava seu corpo, passando as mãos em seus seios e lhe fazendo sexo oral.

Relatos da genitora

Eu achava que minha família era perfeita..., nunca imaginei que isto pudesse acontecer em minha casa..., já participei no meu trabalho de cursos sobre violência doméstica, e sempre comentei sobre os abusos que os pais cometiam contra os filhos, não acredito que isto estava acontecendo no seu próprio lar, e que ela estava criando um monstro.

Segundo Azevedo e Guerra (1989, p.63), a família incestogênica muitas vezes se perpetua porque, além de ser considerada abusiva, costuma ser vista como “doce lar”, isto é, como um bom ambiente natural para crianças e adolescentes se desenvolverem.

A genitora prosseguiu com sua fala relatando que quando foi revelado o abuso ela pôs a adolescente diante do pai e que após algumas negativas o genitor assumiu ter abusado de Camila. Neste momento informamos a senhora Valdete sobre os procedimentos a serem seguidos: o primeiro referente à intervenção do SOS criança (afastamento do agressor do lar) junto a família, o segundo referente ao registro policial (B.O), para a efetivação das providências legais.

A partir deste esclarecimento senhora Valdete mostrou-se, disposta a comparecer no SOS criança, assim como a trazer Camila aos atendimentos porém não aceitava que senhor José se afastasse do lar.

Relato da genitora:

... se vocês fizerem isto estarão acabando com minha família..., minha família sempre foi uma família normal..., não quero que meus filhos mais novos e nem que a comunidade fique sabendo disto..., meu marido é um pai perfeito e um bom marido...,

Para Furniss (1993) a família incestogênica não se sente motivada a procurar ajuda por medo de uma possível responsabilização a nível judicial e tão forte quanto ou ainda mais forte do que este medo, e o medo de divórcio e da ruptura familiar.

O mito da família faz com que esta se apresente à criança como um refúgio sagrado de

que não se deve nem se pode escapar. A família santuário é uma concepção ideologizada, mistificadora de família. A obediência inconteste às normas e imposições paternas é, simultaneamente, uma forma de preservar a visão da família harmoniosa sem conflitos e de obstaculizar a revelação do abuso incestuoso enquanto violência impensável e escândalo na estrutura da sagrada instituição (AZEVEDO , GUERRA 1994 p 56).

Para Krom (2000,p.27) , “o mito se reconhece como uma função defensiva na família, que se verifica na homeostase e na estabilidade das relações, e o define como crenças, que são sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família.”Segundo este conceito, tais crenças não são contestadas por nenhuma das pessoas interessados, apesar de incluir distorções evidentes da realidade. O autor acrescenta ainda que os vê como fenômenos psíquicos e transacionais: como verdades que servem para negar ou encobrir os conflitos nas relações familiares passadas ou presentes

Tratando em termos gerais o incesto constitui subversivamente um sintoma de disfunção familiar, se abrigo muitas vezes em famílias em que há um isolamento emocional entre seus membros e uma confusão de limites individuais e papéis familiares. Deste modo, o incesto deve ser percebido como o resultado da ruptura familiar e não como o causador da ruptura. Segundo Amaral (2003, p.24) “ao contrário de outros crimes sexuais o incesto não resulta apenas no ataque de um indivíduo a uma vítima qualquer, ele é a expressão de dinâmica familiares complexas.”

Conhen (*apud* GUERRA, 2000, p.220) considera o incesto não só como uma relação sexual entre duas pessoas, mas uma relação advinda da ausência de uma estrutura familiar que pudesse cessá-lo ou seja ele ocorre em família onde consciente ou inconscientemente os outros membros da família colaboram com o mesmo.

A família incestogênica é possuidora de uma série de confusões de limites, fronteiras intergeracionais e papéis individuais familiares, além do mais a maioria delas é extremamente fechada ou seja isolada socialmente.

Na mesma data abordamos o genitor, José 32 anos radialista, aparentemente passivo e manipulado pela esposa.

Relatos do genitor abusivo:

Iniciei o abuso quando Camila tinha 9 anos, nesta época comecei a acariciando ela..., Isso acontecia raramente..., Eu não sei o que me levava a fazer aquilo..., sinto muita culpa e arrependimento..., sei que se minha filha não for tratada terá sérios problemas no futuro..., não acho que esta história de ter que sair de casa seja uma coisa boa para minha filha...

Assim como a genitora José também se mostrou resistente ao afastamento do lar. Ao ser informado que se não fosse de sua vontade seria por decisão judicial.

Segundo Furniss, (1993, p.117), “o primeiro passo para a terapia deve ser bloquear a continuação do abuso sexual, sendo que isto requer inevitavelmente uma separação inicial e temporária do abusador e vítima durante a intervenção da crise”. Furnnis afirma que neste momento agências terapêuticas e legais podem ter que cooperar para que isto aconteça. Uma medida posta legalmente contra a pessoa que realizou o abuso pode ser tomada para que deixe a casa temporariamente, como parte do processo terapêutico, de modo a impedir a continuação do abuso e “terapia antiterapia”, que é o que acontece quando criança e agressor permanecem juntos em casa durante as fases iniciais do tratamento.

Deste modo é imprescindível que os genitores entendam que o abuso sexual aparece na família como uma adição, e como extensão do segredo. Embora haja diferenças específicas em relação a outras formas de adição, as semelhanças são visíveis como descreve Furniss. As pessoas que abusam sexualmente de crianças sabem que o abuso é errado e que constitui crime; A pessoa que abusa sexualmente sabe que o abuso é prejudicial à criança. Apesar disso, o abuso acontece. Furniss (1994, p.183) acrescenta que:

- O abuso sexual, como outras adições, não cria primariamente uma experiência
- Os sentimentos de culpa e o conhecimento de estar prejudicando a criança podem levar a tentativas de parar o abuso.
- O aspecto sexual egossintônico do abuso sexual dá a pessoa que abusa a “excitação” que constitui o elemento aditivo central.
- A gratificação sexual do ato sexual ajuda a evitação da realidade e apóia uma baixa tolerância á frustração, mecanismos frágeis de manejo e funções de ego frágeis.

Relato do genitor abusivo:

Farei o que rege a lei..., se me afastar do lar será por isso e não por minha vontade, não acho que neste momento eu sair de casa ira resolver..., vocês estão querendo destruir nossa família de uma vez...,quem garante que depois do tratamento minha “doença” não vai voltar...,

Kempe (1985) afirma que o pai abusador pode não ser curado jamais, mas com frequência é possível colocar seus impulsos no controle, sendo assim ele também precisa ser ajudado, sobretudo para evitar reincidência que revitimizem uma criança.

Em seguida abordamos os pais em conjunto, senhor a Valdete parecia representante

do genitor, já que falava por ele e impunha suas vontades, e em contrapartida, o genitor parecia acomodado com a situação, deixando que Valdete o representasse. Após alguns questionamentos sobre medidas judiciais o pai afirmou-nos que sairia de casa. A genitora aos prantos reagiu:

Relato genitora

O meu marido não irá sair de casa..., se vocês fizerem isto estarão matando meus filhos..., eu não quero que vocês destruam a minha família..., não me adianta mentir, eu quero meu marido em casa..., vocês não vão tirá-lo contra a minha vontade... sou eu quem coloca os limites na família...

Segundo Langberg (1997, p32) existem três tipos de família abusiva, dentre estas encontramos aquela cuja mãe é dominadora, os filhos são obrigados a satisfazer suas vontades, e o pai é passivo e de baixa auto-estima.

Pode-se dizer que o déspota que se nutre do ‘terror da revelação’ (do abuso), como uma das formas de impedir a subversão da ordem familiar e assegurar o domínio sobre os fracos do sistema. “Também o terror do abandono é outra das estratégias desenvolvidas com o mesmo objetivo: o medo da rejeição faz com que por exemplo, muitas vezes se comportem como avestruzes (cegas/surdas/mudas) perante a evidencia mais ou menos explícita de abuso incestuosos dos filhos” Azevedo (1989, p.11)

Azevedo e Guerra acrescentam ainda que a família incestogênica enquanto sistema social apresenta características:

Primeira: é uma família capaz de produzir e reproduzir o abuso incestuoso, ou seja,

ela é gestadora e alimentadora da violência incestuosa devida suas condições concretas de estrutura e funcionamento.

Segunda: a gênese e o desenvolvimento da violência sexual incestuosa são possíveis porque a família incestogênica é um sistema no qual há:

1-Uma grande confusão ao nível das fronteiras intergeracionais e das identidades de seus membros. Exemplo: no incesto entre pai e filha, a transgressão das fronteiras é clara no momento em que a filha passa a ser esposa do pai, nivelando ao mesmo tempo mãe e filha;

2- Uma fronteira organizacional pouco permeável ao exterior. A consequência é a de um viver simbiótico, com relações exteriores rarefeitas e pouco consistentes. Ao mesmo tempo, as relações intrafamiliares são rígidas, estruturadas no princípio da homeostase, segundo o qual qualquer mudança seria um terror a evitar. A família incestogênica é uma família resistente a mudanças;

3-Uma organização fundada num segredo o qual às vezes persiste de geração a geração. O segredo é o não dito, que contribui para fazer do incesto um crime perfeito: só a vítima por testemunha, silenciado por sob a ameaça das terríveis consequências de uma possível revelação do segredo (descrédito, morte, desestruturação familiar, etc..);

4- Uma aparente coesão. Na família incestogênica, a ligação incestuosa funciona como um sintoma, cuja função é a de manter a família temporariamente unida, embora já esteja desunida. Por isso mesmo, há autores que consideram a família incestogênica como um subtipo da família disfuncional, cujo protótipo seria o da família desunida, reunida pela

reiteração da violência sexual.

5- A constelação de forças configura o que podemos chamar de ditadura familiar O poder, em geral, se exerce despoticamente: concentrado na figura do pai (patriarca) ou seu representante; discricionário em relação aos fracos do sistema porque dependem daquele (mulher filhos, etc..). Imprevisível: o patriarca faz as leis de forma absolutista e as transgride na medida de seus interesses e desejos. Nutre-se do terror da revelação (do abuso), como uma das formas de impedir a subversão de ordem familiar e assegurar o domínio sobre os fracos do sistema

Terceira: a família incestogênica se perpetua, muitas vezes imune e intacta a intervenções externas. Antes de ser considerada como abusiva, a família costuma ser vista como um bom meio natural para crianças e adolescentes. A mito da família faz com que esta se apresente a criança como um refúgio sagrado de que não se deve nem se pode escapar. A obediência inconteste as normas e imposições paternas, é simultaneamente, uma forma de preservar a visão da família harmoniosa sem conflitos e de obstaculizar a revelação do abuso incestuoso enquanto violência indispensável e escândalo na estrutura da sagrada instituição.

Além disto comportamento de irmãos/irmãs da vítima pode vir a ser alterado a partir da violência sexual da mesma. Conforme o tipo de agressor ele pode começar empregando violência sexual contra a criança mais velha e depois à medida que o tempo vai passando e a criança vai saindo da sua faixa etária de vítimas preferidas, ele pode voltar-se para outras crianças irmãos/irmãs da vítima. Por isso, quando ocorre um incesto numa dada família, devemos subtender que as demais crianças também correm risco de serem vítimas

Mediante as resistências, indagamos aos pais, sobre parentes que pudessem estar

acolhendo Camila, ressaltando que este não seria o procedimento correto. A genitora resistiu também a esta tentativa porém adiantou que poderia acontecer caso a adolescente consentisse, porém não queria que seus parentes ficassem sabendo disto.

É de suma importância destacar aqui o fato de que a retirada da criança do lar nos casos de abuso sexual, não vem a ser a medida mais correta a ser tomada pois, como explicitamos no capítulo anterior esse procedimento poderá ser o causador de uma revitimização para aquela criança ou adolescente, no momento em que poderá prevalecer em sua mente a idéia de sido culpada do abuso ocorrido.

Relato genitora

“Não quero que meus parentes saibam disto..., nos vamos esquecer o que aconteceu..., meu marido foi, não é mais um abusador sexual..., eu e Camila já o perdoamos...”

Neste momento iniciamos uma conversa novamente sobre os procedimentos judicial (inquérito policial e processo judicial)

Recorrendo novamente a Furniss.(1993,p.42)., tem-se a confirmação de que o vínculo conjugal pode tornar-se um fator mantenedor do abuso. Diz o autor que “as mães podem estar motivadas a não buscarem ajuda por temerem a perda do companheiro, confidente e parceiro sexual” .

Gabel (1996, p.65) complementa o pensamento de Furniss, advogando que as mães podem procurar desculpar para o comportamento do abusador. Muitas vezes, elas tentam lidar “com a situação sem levar o caso as autoridades, o que lhes dá o poder de chantagear a marido

por seus atos criminosos. Dessa forma, elas efetuam transferência de poder no interior de sua casa, tomando nas as mãos as rédeas da família”.

Relato:

...eu até virei aos atendimentos e trarei a minha filha mas diante da polícia e do juiz eu negarei tudo, e farei com que minha filha também negue.

Furniss (1993) em seu livro “Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar, ao estudar famílias incestogênicas, propõe duas maneiras de pensá-las: entre elas encontramos a família organizada evitadora de conflitos Furniss (1993)”.

Com relação à família organizada evitadora de conflitos, o autor considera o incesto como expressão de um problema focalizado e muito específico, atingindo uma família que de outra forma demonstra um funcionamento global satisfatório e bom. Esse tipo de família apresenta uma enorme divergência entre a auto-imagem familiar e a realidade da qualidade dos verdadeiros relacionamentos familiares, permeados na sua maioria por regras morais bastante rígidas. A família freqüentemente é muito respeitada pela vizinhança e digna de elogios em outras áreas da vida. Todavia, em relação à sua estrutura interna, há entre os membros uma conspiração contra qualquer reconhecimento aberto do abuso, pois fazê-lo seria totalmente inaceitável por qualquer destes.

Na família organizada as atitudes punitivas e moralistas, em relação a assuntos de ordem sexual, tornam-se fontes aumentadoras de evitação de conflitos. A relação incestuosa serve como forma de negar qualquer tensão e desequilíbrio emocional e sexual presentes na relação conjugal, ou seja, ao abusar sexualmente da filha o pai subtrai de sua companheira a

responsabilidade do contato sexual, evitando, assim, conflitos em relação à vida sexual do casal.

Segundo Furniss (1993, p. 43) nesta família:

Os pais são incapazes de suportar um claro conflito conjugal e sexual. Os relacionamentos conjugal e familiar são idealizados, o que impede a adequada solução dos problemas. Os problemas do casal precisam ser negados para ser mantido a aparência de harmonia conjugal perfeita. A evitação do problema de qualquer conflito sexual conjugal claro conduz a triangulação da criança. A delegação do relacionamento sexual coloca a criança em urna aliança sexual de pseudo-adulta com o pai e lhe dá status de pseudo-parceira no nível sexual, do qual a mãe é excluída pelo segredo.

Nessa relação incestuosa a vítima sente-se perturbada. Ela encontra-se inserida simultaneamente em dois mundos, totalmente distintos, o de criança e o de adulto. Longe da relação abusiva a criança recebe os cuidados práticos de ambos os pais, já durante o abuso ela é percebida pelo abusador como parceira, assumindo portanto uma relação de “igualdade” perante ele. Em famílias como a organizada, o homem insatisfeito com a vida conjugal, em particular com o relacionamento sexual entre ele e a sua parceira, raramente buscara uma aventura extraconjugal, pois as leis morais não o permitiriam. Sendo assim, para satisfazer seus desejos sexuais ele parte numa busca incessante pelo corpo de suas filhas, a fim de extrair este prazer.

Após cinco dias a genitora levou Camila a sede do programa, Camila 13 anos estudante da sétima série do ensino fundamental relatou-nos o seguinte:

Relato da adolescente

Eu não gosto muito de falar sobre isto..., começou quando eu tinha uns três ou

quatro anos, eu ainda não estava na escola..., meu pai me colocava no colo dele e me beijava na boca..., quando eu tinha uns sete anos ele fazia eu botar a boca no pênis dele..., ele mexia no pênis na hora que me tocava..., ele mandava eu segurar e mexer no pênis dele..., isso tudo acontecia quase sempre à noite, quando minha mãe ia para a escola..., acontecia muitas vezes..., algumas vezes era no quarto e outras no banheiro..., ele mexia no meu peito, com roupa e sem roupa, e mexia também na minha vagina..., ele perguntava se eu gostava e dizia que iria me bater se eu contasse a alguém..., não, os meus irmãos não sabem disso..., eu tinha nojo ..., eu já falei com minha mãe, não quero que meu pai vá embora...

Para quase totalidade das crianças, o pai não é aquele que exerce legitimamente a autoridade, mas também o homem que merece total confiança, já que sua atuação visa mesmo, quando castiga, o bem dos filhos. “Encontramos, como suportes deste excessivo poder paterno, alguns pressupostos, a saber: 1-marido e mulher amam-se reciprocamente, 2- pai e mãe amam seus filhos.” Saffioti 1997 (*apud*, AZEVEDO, 1989, p 86).

Segundo Amaral 2003 (*apud* FELIPE, 2000 p.18):

Da figura do pai se espera a guarda da honra, da integridade física e moral das crianças até a maturidade. O homem faz parte da família não apenas através da atividade falocêntrica do adulto, na visão patriarcalista dos gêneros, não apenas deve responder pela sobrevivência física da mulher, escolhida para ser mãe dos seus filhos, como ainda, zelar pela sobrevivência e pelo desenvolvimento bio-psico-moral das meninas e meninos sob sua guarda, até que eles, por si mesmos, respondam por sua própria atividade sexual.

Felipe (1999, p.83) descreve ainda que no incesto, “a sexualidade da criança não expressa liberdade alguma, dado que, sob ameaça, sustenta a demanda unilateral masculina, e corresponde à chantagem do abandono e da morte (nesses casos, não apenas entra em jogo o

gozo físico. Também o sentimento de superioridade compõe o tecido emocional de homens adultos que forçam ao sexo pessoas mais fracas aqui no caso, as crianças)”.
.

As crianças abusadas silenciam por anos e anos, sujeitando-se chantagem do abandono e da morte. O sexo para elas, não é fonte de prazer e em contra partida para assegurar o pão, o teto e o vínculo do pai com a família. Elas são responsabilizadas pela continuidade do casamento de suas mães com aquele homem.

A partir do momento em que a família rompe com sua característica maior de zelar pela integridade física e moral das crianças e adolescente, ocorre o que denominamos de ruptura na estrutura familiar. Com isso, percebemos que o incesto na dinâmica familiar, é uma rede de relações, imposta pelo agressor à vítima alvo, mantendo o círculo vicioso da violência de geração a geração.

É devido às características que a família incestuosa apresenta, que o incesto como fenômeno devastador, se produz e reproduz na família incestogênica. As síndromes de segredo e adaptação constituem instrumentos efetivos no prolongamento do abuso. Estes instrumentos, no entanto, são movidos por uma força maior, denominada ambiente familiar.

De fato, o ambiente familiar determina a ocorrência e o período do abuso. Segundo Gabel (1996), se a criança tivesse uma relação suficientemente próxima com o progenitor não- abusivo, possivelmente o incesto sequer teria acontecido. A autora segue dizendo que o incesto acontece depois de uma séria crise de comunicação que se instalou na família. Em muitos casos, a criança não recorre à mãe, pois a vê como participante, direta ou indireta, do abuso.

Verifica-se, assim, que o papel materno é de fundamental importância para prevenir ou até mesmo fazer parar a relação incestuosa. Há mães que se sentem no dever e no direito de proteger seus filhos assim que percebem a ocorrência do abuso; outras, por sua vez, não demonstram qualquer atitude protetiva., e são coadjuvantes na negação do conflito ali existente.

Além do mais a família incestogênica “é aquela na qual as interações entre seus membros, através de mensagens verbais e não-verbais, implícitas e explícitas, são manipuladoras da criança ou adolescente vítima, forçando-a uma transação interdita culturalmente: ao incesto.” (Azevedo e Guerra, 1999,p.11).

Camila acrescentou, que só após algum tempo percebeu que o que o pai fazia não era correto, e que após a revelação seu pai não mais a havia procurado para fins sexuais. Após a abordagem com a criança chamamos os pais em conjunto, momento em que delegamos a responsabilidade do abuso ao genitor, e apontamos o incesto como um problema familiar, motivo pelo qual se faria necessário acompanhamento sistemático para a família e responsabilização legal do agressor.

Para Guaderer (1991), o relacionamento sexual incestuoso é freqüentemente a única fonte de intimidade e afeto para a criança. Ela conseqüentemente acaba não aprendendo a diferenciar afeto de sexualidade, e conclui que para obter afeto, precisa se dar sexualmente.

A princípio não houve afastamento de nenhum dos membros da família.

Na mesma data registrou-se Boletim de Ocorrência e acompanhamento da adolescente junto da genitora ao IML para exame de conjunção carnal, além de pedido junto

ao Juizado da Infância e d Juventude da medida de afastamento do agressor do lar.

No transcorrer da investigação social, constatamos a veracidade da denúncia, referente à violência sexual perpetrada pelo genitor , contra Camila.

A gravidade do caso dá-se ao fato do abusador ser o pai biológico; da violência ter iniciado quando Camila tinha 3 anos; do abuso ter duração de 10 anos; da genitora não se mostrar protetiva a medida que não permite mudanças na dinâmica familiar, e sugere a manutenção do segredo.

Depois de revelado o abuso sexual, o discurso da sagrada família permaneceu aparentemente intacto. No entanto a genitora se contrapunha em sua fala, quando se referiu a estar criando um monstro dentro de sua própria casa.

Desta forma, o pai perfeito e bom marido, poderia se camuflar em um monstro. Tal condição “irracional” talvez justifique o abuso diante da família.

Embora o genitor tenha assumido tenha assumido ter abusado sexualmente de Camila, ele omitiu dados referentes ao início e a periodicidade da violência.

Não percebemos que José tenha assumido a responsabilidade pelo abuso, e de certa forma ele parecia se proteger na perspectiva do abusador enquanto pessoa doente, que precisa de tratamento.

Tendo confirmado o abuso sexual, e considerando sua gravidade, encerramos o caso, recomendando ao conselho tutelar, a inclusão imediata da família no programa de acompanhamento.

O parecer social trouxe a baila o papel do profissional, no momento em que ao analisar a situação decide o destino que deve prosseguir a família a fim de permitir a libertação do incesto.

Convém destacar aqui o fato de que na grande maioria das vezes, a justiça não apóia o serviço de proteção no sentido de que não dá suporte ao afastamento do agressor do lar, e até mesmo no que concerne a responsabilização criminal do mesmo pelo ato cometido.

Buscou-se através das análises empíricas e teóricas trazer algumas determinantes que indiquem o caráter negador como característica de uma família incestogênica. Todavia, pode não se ter contemplado todos os determinantes de uma família inserida no incesto, entretanto o estudo compôs alguns elementos com os quais os profissionais podem encontrar durante uma caminhada junto a famílias inseridas no contexto do abuso intrafamiliar.

A finalidade valeu-se deste modo em iluminar caminhos aqueles que trabalham ou possam vir a trabalhar com a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta reflexão pode-se concluir que a experiência vivenciada no estágio, trás ao futuro profissional a contemplação para seu sucesso profissional. O trabalho realizado junto a crianças e adolescentes envolvidas com a violência doméstica no período de estágio traz a comprovação disto. No entanto o tema não é de fato explorado na academia, não existe uma preparação para realizar atendimento específico a este público, mesmo sendo uma grande demanda do Serviço Social e que requer tanto preparo técnico. Assim sendo, o pensar e o agir profissional, acerca de uma família inserida neste contexto elucidaram a contemplação deste estudo.

Assim, observamos que uma família incestogênica, é possuidora de conflitos pré-existentes e que o incesto não é o conflito em si, mas sim o resultado deste. Há também se trabalhar com o tratamento desta família na real gravidade do fato, sem receio de prejudicar a coesão familiar que já estava abalada ao inseri-se no incesto, pois o mesmo é resultado da ruptura e não causador.

Se aqui então evocamos o incesto, quando ele se tornou atuante entre pais e filhos, é porque é a situação mais difícil de tratar em relação aos abusos sexuais, por estar submetida as maiores resistências. Primeiro àquela criança ou adolescente é envolvida em um segredo longo, doloroso e repleto de conseqüências, em seguida a revelação que trás outros problemas à tona.

Trazendo análise em particular a família, podemos nos dar conta de que não apenas perpetuam mitos sobre questões familiares, mas também exigem que aquilo que ocorreu seja

esquecido como um simples fato de que já foi descoberto. Uma criança está convivendo em perigo, os adultos a quem ela aclama proteção seguem intactos em preservar esta instituição cuja sacralidade oculta estes atos violadores de direitos e torna mesma unidade inviolável, preservada a qualquer preço e impossibilitada de qualquer interferência externa.

A vítima no entanto, passa a ser vitimizada com duplicidade visto que, além de ter percorrido uma longa caminhada junto aquele segredo cruciante, após a revelação haverá de ser vítima de uma família que finge não ter havido um conflito ou ruptura.

A intervenção sobretudo é imprescindível, mesmo quando se esbarra neste fechamento da família, pois há uma ou mais crianças pedindo uma proteção que os genitores abusivo e não abusivo não puderam lhe proporcionar.

No entanto muitas vezes, também o profissional esbarra em um déficit de políticas sociais que não dão suporte, sejam nas medidas que não foquem a família conjuntamente, seja na primeira intervenção que seria o afastamento do agressor do lar. Neste momento em que a esfera judicial deveria ser parceira em ficar atenta na efetivação do artigo 130 da lei 8.069/90 afim da criança ser tratada e não venha novamente cair em meio à tragédia do incesto, que como pudemos observar ao longo deste estudo, é perversa e cruel.

Contando com a negação de conflito da família, com este déficit na área da proteção especial e com deficiência das medidas judiciais tanto no afastamento do agressor do lar como na responsabilização legal ou criminalização deste, é que o profissional deve agir com competência em tratar desta questão, traçando estratégias que driblem esta defasagem, e que defendam estas vidas em risco, não atuando dentro dos limites de subalternidade que uma política social mal articulada os cerca.

Outro ponto importante de expor é que, a clientela do programa é evidente são crianças e adolescentes que já foram vítimas de algum tipo de violência, porém é importante deixar claro que voltar olhares para a prevenção trará redução e transformará esta realidade que nos circunda, tornando a ação profissional não apenas ação limitada pela circunstância da violência, mas sim uma ação de impacto no âmbito da transformação, firmando a forte dimensão político pedagógica que o Serviço Social possui. Prevenir pode vir a ser a forma mais eficaz de combater este tipo de violência, no sentido que vai além de métodos intervencionistas e restauradores, mesmo sabendo que estes são necessárias quando a violência já está instalada.

Avalia-se deste modo de suma importância a especialização dos profissionais para trabalhar com esta temática tão complexa que exige além da cooperação da sociedade articulação entre as instituições da rede de atendimento e que requer diferente atenção das demandas apresentadas pela profissão, devido à dimensão que apresenta como observamos ao longo deste estudo.

Finalizando esta discussão, cabe ainda mesmo que brevemente tecer um comentário acerca do reestruturado SOS criança. O referido projeto, embora deficitário em relação a sua estrutura, desenvolvia um trabalho de grande relevância no âmbito da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Sabe-se que muitas crianças, tornaram-se resilientes graças ao atendimento prestado pelos profissionais que atuavam no programa, e sua história ao longo dos anos foi palco de muitas conquistas no que se refere aos direitos violados perante a violência doméstica, além de extensão da vida acadêmica para um considerável número de pessoas .

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vânia IZZO de; VIEIRA, K.M. *O atendimento emergencial nos casos de maus tratos contra crianças e adolescentes*. In: COSTA, João de Jesus. Rompendo o silêncio:Seminário multiprofissional de capacitação sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.São Luiz. 1997. 223 p.
- AZEVEDO, Maria Amélia e GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo.*Crianças vitimizadas:a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1985. 236 p.
- AZEVEDO, Maria Amélia e GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Infância e violência doméstica*: fronteiras do conhecimento. São Paulo: 3^a ed, Cortez, 2000, 333 p.
- ANDRADE, Fabiana Pereira de. *Labirintos do incesto*: o relato de uma sobrevivente. São Paulo: escrituras: Lacri, 1998. 125p.
- ANDREW, Kroom. *Família e seus mitos*. São Paulo. Summus editorial.2002. 178 p.
- BUCK, C. ; FORWARD,S. *A traição da inocência* : o incesto e sua devastação. Trad. Sergio Flaksman. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.221p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- CARTER, B. e LANGBERD, M. *Mudanças no Ciclo de Vida Familiar*. Uma estrutura para terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995.
- CERVENY, Ceneide Maria De Oliveira. *A família como modelo* : desconstruindo a patologia. Campinas: Workshopsy, 1994.139 p.
- COHEN, Cláudio. *O incesto*. P 211-225. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, VIVIANE. *Infância e violência doméstica*: fronteiras do conhecimento. São Paulo: 3^a ed, Cortez, 2000, 333 p.
- CURY, Amaral , Silva, Manoel (coord.) *Estatuto da Criança e do Adolescente* Comentado. – São Paulo: Malheiros. 1992.

SALLI, Guareder. *Cuidando de nossas vítimas*. .trad. Sonia Goldefeder, São Paulo: Summus, 1991.122 p.

FELIPE, S.T. *O corpo violentado*: estupro e atentado violento ao pudor: um ensaio sobre a violência e análise de três filmes á luz do contratualismo e da leitura cruzada entre direito e psicanálise. Florianópolis; ed. Da autora, 1996. 108 p.

FURNISS, T.*O abuso sexual da criança*: Uma abordagem multidisciplinar. Porto alegre: Artes médicas,1993. 337 p.

GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*.trad. Sonia Goldefeder, são Paulo: Summus, 1997.252 p.

GIL, Antônio Carlos .*Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*.São Paulo: Atlas, 1999.

IMBER- BLACK, Evan. *Os segredos na família e na terapia familiar*. 3^a ed.Artes Médicas, 1994, 444 p

LACRI- Laboratório de Estudos da criança.*Guia prático para identificar o fenômeno*. Dossiê diagnóstico. Violência sexual contra crianças e adolescentes. TELELACRI - USP. 2004.

LÉVÍ-STRAUSS, C. *As estruturas e elementos do parentesco*.trad. Ivence. Paris. Puf, 1949, 201p.

MINUCHIN, P; COLAPINTO, Jorge. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas SUL, 1999, 224 p.

PERRONE, R y NANNINI. M. *Violencia Y abusos sexuales en la familia*: un abordaje sistêmico y comunicacional. Trad. Hector Spivak. Buenos Aires: Paidós, 1998. 173 p.

Programa Sentinela. Projeto *SOS criança*. Prefeitura Municipal de Florianópolis.

SAFFIOTTI, Heleieth. *A exploração sexual de meninas e adolescentes; aspectos histórico e conceituais*. In: Bontempo, Enza Bosetti et alli (org). Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Brasília: UNESCO/ CECRIA, 1995.

SCHIMICKLER, Catarina Maria. *A revelação do indivisível*: um estudo sobre o protagonista do abuso sexual incestuoso contra criança e adolescentes. 2001. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SOUZA, M..P. *A publicização da violência de pais contra filhos*: um estudo das implicações da denúncia. Doutorado – Serviço Social. São Paulo: PUC, 2000.